

**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**90002/2026**

**CONTRATANTE (UASG 344002)**  
**FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO**

**OBJETO**

O objeto da presente licitação é o fornecimento da prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva de sistemas de ar-condicionado dos tipos: Self Contained com condensação a ar, Bi Split, Multi Split, Split Teto de Embutir, Piso Teto e Hi-Wall (convencionais e inverter), ACJ, e do tipo VRF. Bem como empresa especializada em limpeza de dutos e acessórios com análise da qualidade do ar, com emissão de laudo técnico. gás, para atendimento da climatização à área da Cafeteria, localizada no Edifício Ulysses Pernambucano - Derby, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento para a Fundação Joaquim Nabuco.

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

**R\$: 776.335,92 (SETECENTOS E SETENTA E SEIS MIL, TREZENTOS E TRINTA E CINCO REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS).**

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

**Dia: 11/03/2026 às 9:00h (Horário de Brasília)**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

**Menor preço por item**

**MODO DE DISPUTA:**

**Aberto**

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

**NÃO**

**SUMÁRIO**

1. DO OBJETO.....	2
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	2
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	7
6. DA FASE DE JULGAMENTO.....	10
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	12
8. DOS RECURSOS.....	14
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	15
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	17
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	26



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

### FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026

(Processo Administrativo n.º23130.002106/2025-24)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a **FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO**, por meio da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria PRESI/FUNDAJ n.º 266 de 11 de dezembro de 2025, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **do tipo menor preço**, nos termos da Lei nº14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, demais legislação aplicável e as exigências estabelecidas neste Edital.

#### 1. DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é o fornecimento da prestação de serviço de natureza não continuada de manutenção preventiva e corretiva de sistemas de ar-condicionado dos tipos: Self Contained com condensação a ar, Bi Split, Multi Split, Split Teto de Embutir, Piso Teto e Hi-Wall (convencionais e inverter), ACJ, e do tipo VRF. Bem como empresa especializada em limpeza de dutos e acessórios com análise da qualidade do ar, com emissão de laudo técnico. gás, para atendimento da climatização à área da Cafeteria, localizada no Edifício Ulisses Pernambucano - Derby, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 **A licitação será realizada em 02 (dois) grupos, formado por 04 (quatro) itens**, conforme tabela constante o Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

#### 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
  - 2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
  - 2.4.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

1.1.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

- 2.6.1. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.6.2. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.6.3. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.6.4. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.6.5. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.6.6. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.6.7. agente público do órgão ou entidade licitante;

1.1.2. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

- 2.6.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.7. O impedimento de que trata o item 2.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2 e 2.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

- 2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.10. O disposto nos itens 2.7.2 e 2.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 2.12. A vedação de que trata o item 2.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### 3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.12.1 deste Edital.
- 3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 3.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

- 3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

- 3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### 4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 4.1.1. valor unitário e anual do item;
  - 4.1.2. Marca;
  - 4.1.3. Fabricante;
  - 4.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 4.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.
- 4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.





## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

### 5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
  - 5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
  - 5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
  - 5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 200,00 (duzentos reais)**.
- 5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
  - 5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
  - 5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
  - 5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
  - 5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

- 5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12.6. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.12.7. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.8. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.12.9. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.12.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.12.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.12.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.12.13. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.12.14. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.





## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

- 5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 5.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 5.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 5.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 5.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 5.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 5.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 5.20.2.2. empresas brasileiras;



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

5.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

5.21.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo máximo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.21.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>) e

d) Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin) (<https://cadin.pgfn.gov.br>)

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.3.1.A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de



## **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

- 6.3.2.O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 6.3.3.Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5.1 e 3.6 deste edital.
- 6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.7.1. conter vícios insanáveis;
  - 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
  - 6.7.3.apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
  - 6.7.4.não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - 6.7.5.apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.8.1.A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
  - 6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

- 6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 6.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

## 7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio da documentação citada do **item 9.8.1 ao 9.8.22 do Termo de Referência** do edital;
  - 7.2.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 7.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
  - 7.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20%, para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou pelo e-mail: [cpl@fundaj.gov.br](mailto:cpl@fundaj.gov.br)
- 7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

7.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de [NO MÍNIMO, DUAS HORAS], prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal, somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.





## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

- 7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.
- 7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 7.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 7.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 8. DOS RECURSOS

- 8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
  - 8.3.1.a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
  - 8.3.2.o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
  - 8.3.3.na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo e-mail: [cpl@fundaj.gov.br](mailto:cpl@fundaj.gov.br), na forma eletrônica ou por petição dirigida ou protocolada no



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

endereço da Comissão Permanente de Licitação-CPL da Fundação Joaquim Nabuco, Edf. Paulo Guerra, 2º andar, sala 250, fone (81) 3073-6230, Av. 17 de agosto nº 2187, Casa Forte, Recife/PE, CEP 52061-540.

### 9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. fraudar a licitação

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

- 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
  - 9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.
  - 9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.
- 9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

- 9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### 10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: e-mail: [cpl@fundaj.gov.br](mailto:cpl@fundaj.gov.br), na forma eletrônica ou por petição dirigida ou protocolada no endereço da Comissão Permanente de Licitação-CPL da Fundação Joaquim Nabuco, Edf. Paulo Guerra, 2º andar, sala 250, fone (81) 3073-6230, Av. 17 de agosto nº 2187, Casa Forte, Recife/PE, CEP 52061-540.
- 10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
  - 10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### 11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

- 11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: [cpl@fundaj.gov.br](mailto:cpl@fundaj.gov.br), na forma eletrônica ou por petição dirigida ou protocolada no endereço da Comissão Permanente de Licitação-CPL da Fundação Joaquim Nabuco, Edf. Paulo Guerra, 2º andar, sala 250, fone (81) 3073-6230, Av. 17 de agosto nº 2187, Casa Forte, Recife/PE, CEP 52061-540.
- 11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 11.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;
- 11.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;
- 11.11.3. ANEXO III - Termo de Vistoria
- 11.11.4. ANEXO IV- Termo de Responsabilidade por não- vistoria.
- 11.11.5. ANEXO V- Modelo de Proposta de Preços.

Recife, 23 de fevereiro de 2026

Rosa Maria Oliveira  
Pregoeira da FUNDAJ



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

### ANEXO I

#### TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo nº 23130.002106/2025-24)

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1. A contratação destina-se à prestação de serviços por empresa especializada em **manutenção preventiva e corretiva de sistemas de ar-condicionado** dos tipos: Self Contained com condensação a ar, Bi Split, Multi Split, Split Teto de Embutir, Piso Teto e Hi-Wall (convencionais e inverter), ACJ, e do tipo VRF. Bem como empresa especializada em **limpeza de dutos e acessórios com análise da qualidade do ar, com emissão de laudo técnico**. Tudo para atender os sistemas de climatização da Fundação Joaquim Nabuco.

#### 1.1 - Tabela descritiva dos serviços

##### 1.1.1- Grupo 1

Item	Descrição	Catserv	Modalidade	Quantidade do serviço mensal	Unidade de medida	Valor Mensal (R\$)	Valor Total Anual (R\$)
1	Ar Condicionado -Manutenção de Sistemas /Limpeza. Obs: Dos equipamentos dos tipos Self Contained com condensação a ar, Bi Split, Multi Split, Splitão, Teto de Embutir, Piso Teto e Hi- Wall (convencionais e inverter), com fornecimento de insumos e peças, inclusive, compressores, placas eletrônicas, serpentinas, gabinetes e suportes metálicos para condensadoras. <b>(Mensal)</b>	2771	Serviço	12	Und (Mês)		
2	Ar Condicionado - Manutenção de Sistemas / Limpeza. Obs: Sistemas VRF, com fornecimento de insumos e substituição de peças ( exceto, compressores, serpentinas e placas eletrônicas). <b>(Mensal)</b>	2771	Serviço	12	Und. (Mês)		





## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

### 1.1.2 - Grupo 2

Item	Descrição	Catserv	Modalidade	Quantidade do serviço semestral	Unidade de medida	Valor unitário (R\$)	Valor Total (anual) (R\$)
3	Higienização de equipamentos  Obs: limpeza de dutos de ar, componentes e acessórios, com todos os insumos e equipamentos necessários, num total de 1.084,94 metros linear, distribuídos nas edificações da fundação, conforme o item 1.7 <b>(Serviço semestral)</b> .	17159	Serviço	2	Und. Semestral		
4	Controle Microbiológico / Qualidade do Ar.  Obs: Análise de qualidade do ar com emissão de laudo técnico, para 1.084,94 metros linear, distribuídos em 17 pavimentos nas edificações da Fundação, conforme o item 1.7 . <b>(Serviço semestral)</b> .	16500	Serviço	2	Und. Semestral		

1.1.3 como um dos critérios de habilitação, a licitante deverá seguir rigorosamente o que está indicado no item 9.

#### OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES DO GRUPO 1

**1.2 DESCRIÇÃO DO ITEM 1** - Serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva do sistema de climatização. Dos equipamentos dos tipos Self Contained com condensação a ar, Bi Split, Multi Split, Splitão, Teto de Embutir, Piso Teto e Hi-Wall (convencionais e inverter), com fornecimento de insumos e peças, inclusive, compressores, placas eletrônicas, serpentinas, gabinetes e suportes metálicos para condensadoras.

**1.3 - DESCRIÇÃO DO ITEM 2** - Serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva do sistema de climatização do tipo VRF, com fornecimento de insumos e substituição de peças **(exceto, compressores e serpentinas pois o**



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

fornecimento destas, se dará pela contratante. A desinstalação e instalação destes componentes deverá ser realizada pela contratada).

### DESCRIÇÕES COMPLEMENTARES DO GRUPO 2

#### 1.4 DESCRIÇÃO DO ITEM 3 - Limpeza de Dutos e Acessórios

1.4.1 De acordo com o Plano de Manutenção, Operação e Controle( PMOC), elaborado pela CONTRATADA, através de seu responsável técnico, deverá executar semestralmente os serviços de limpeza de dutos de ar, componentes e acessórios, com todos os insumos e equipamentos necessários, num total de 1.084,94 metros linear, distribuídos nas edificações da fundação, conforme o item 1.7, seguindo os critérios estabelecidos na ABNT NBR 17.037:2023 e Portaria nº 3.523/1998 do Ministério da Saúde. O serviço será considerado executado mediante apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica(ART) de seu responsável técnico e da execução item 04 .

1.4.2 A CONTRATADA deverá providenciar o isolamento e proteção da área em que estiver executando suas atividades, inclusive fornecendo os materiais necessários e adequados, ao término das atividades de limpeza dos dutos e acessórios, o ambiente, deverá ser entregue limpo e nas mesmas condições que antecederam a execução do serviço. Por fim, a CONTRATADA providenciará o descarte adequado para os resíduos gerados durante o serviço.

#### 1.5 DESCRIÇÃO DO ITEM 4 - Análise da Qualidade do Ar com emissão de Laudo Técnico.

1.5.1 De acordo com o Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC), elaborado pela CONTRATADA, através de seu responsável técnico, deverá executar semestralmente serviços de Análise de qualidade do ar com, em 1.084,94 metros linear, distribuídos em 17 pavimentos nas edificações da Fundação, conforme o item 1.7 . obedecendo aos critérios definidos na ABNT NBR 17.037:2023, NBR 14.679:2024 e a Portaria nº 3.523/1998/MS. A CONTRATADA fornecerá laudo técnico emitido por Laboratório acreditado na Coordenação Geral de Acreditação (CGCRE)/ Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) conforme norma ABNT ISO/IEC 17025 para desenvolvimento das análises da qualidade do ar.

#### 1.6 Vigência e Natureza da Contratação

1.6.1 O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.6.2 Os serviços de mencionados do Grupo 1, itens 1 e 2 e do grupo 2, itens 3 e 4 são enquadrados como **continuados**, devido à habitualidade de sua prestação, em razão da necessidade permanente de manutenção do sistema de climatização. A interrupção desses serviços pode comprometer a continuidade das atividades da Administração ou causar a deterioração dos equipamentos por falta de manutenção. A contratação com **vigência plurianual** se mostra mais vantajosa, pois permite a diluição de custos e aproveitamento de **economia de escala**, resultando em proposta de menor valor para a Administração e na redução de custos processuais com renovações sucessivas.

1.6.3 Todos os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas técnicas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas ( ABNT) NBR 17.037:2023, com as recomendações dos fabricantes e com as exigências estabelecidas neste Termo de Referência, observando os princípios da economicidade, eficiência, segurança e continuidade da prestação dos serviços.

1.6.4 A empresa deverá, obrigatoriamente, registrar o contrato junto ao CREA, apresentando a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do serviço contratado assinado pelo responsável técnico, que deverá comprovar vínculo com a empresa CONTRATADA durante a vigência do contrato.

1.6.5 Fica assegurado o direito da CONTRATADA substituir o profissional por outro de formação e experiência profissional semelhante, desde que aprovado pela CONTRATANTE, devendo, igualmente, comprovar vínculo com a empresa e a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

### ENDEREÇOS DOS LOCAIS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- Campus Casa Forte - Avenida Dezesete de Agosto, 2187 - Casa Forte - Recife/PE;
- Campus Apipucos - Rua Dois Irmãos, 92 - Apipucos - Recife
- Campus Derby - Rua Henrique Dias, nº 809 - Derby - Recife - PE.
- Engenho Massangana - PE-60 km 10, Cabo de Santo Agostinho-PE.

#### 1.7 Relação de Equipamentos Da Fundação Joaquim Nabuco.

RELAÇÃO DOS CONDICIONADORES DE AR NO CAMPUS CASA FORTE - FUNDAJ						
Av. Dezesete de Agosto, 2187 - Casa Forte - Recife- PE						
Local	Tipo de Equipamento	Marca	Capacidade	Voltagem	Estimativa da extensão do Duto(M)	Qtde. De Equipamentos
Edf. José Bonifácio - Sub-solo	Self condensação ar - dutado	Carrier	15 TR	380	34,24	1
Edf. José Bonifácio - Sub-solo	Self condensação ar - dutado	Carrier	10 TR	380	34,24	1
Área Total do Sub-solo (M²) 284,55				Total dos Dutos (M) 68,48		

Local	Tipo de Equipamento	Marca	Capacidade	Voltagem	Estimativa da extensão do Duto (M)	Qtde. De Equipamentos
Edf. José Bonifácio - Galeria Massangana	Self condensação ar - dutado	Carrier	5 TR	380	34,24	1
Edf. José Bonifácio	ACJ	Springer	0,65 TR	220	0	1



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

- Térreo -						
Área Total do Térreo (M²) 234,20			Total dos Dutos (M) 34,24			
RELAÇÃO DOS CONDICIONADORES DE AR NO CAMPUS CASA FORTE - FUNDAJ						
Av. Dezesete de Agosto, 2187 - Casa Forte - Recife- PE						
Local	Tipo de Equipament o	Marca	Capacidad e	Voltage m	Estimativa da extensão do Duto(M)	Qtde. De Equipamentos
Edf. Paulo Guerra - Bloco A - Térreo -Sala de Convivência	Split - Hi wall - Inverter	TCL	3 TR	220	0	1
Edf. Paulo Guerra - Bloco A - Térreo -Sala de Convivência	Split - Hi wall	Komecc o	1,5 TR	220	0	1
Edf. Paulo Guerra - Bloco A - Térreo - Arquivo do RH	Split - Hi wall	Eletrolu x	1,5 TR	220	0	1
Total da área do 1º andar (M²) 373,03				Total dos Dutos (M) 0,00		
Local	Tipo de Equipament o	Marca	Capacidade	Voltagem	Estimativa da extensão do Duto(M)	Qtde. De Equipamentos
Edf. Paulo Guerra - Bloco A - 1º andar - Coord. do RH	Self condensaça o ar - dutado	Hitachi	15 TR	380	78,50	01
Edf. Paulo Guerra - Bloco A - 1º andar - Procuradoria - Dir. Humanos	Self condensaça o ar - dutado	Hitachi	15 TR	380	78,50	01
Total da área do 1º andar (M²) 373,03				Total dos Dutos (M) 157,00		
Local	Tipo de Equipament o	Marca	Capacidade	Voltagem	Estimativa da extensão do Duto(M)	Qtde. De Equipamentos
Edf. Paulo Guerra - Bloco	Self condensaça	Carrier	15 TR	380	78,50	01



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

A.1 - 2º andar	o ar - dutado					
Edf. Paulo Guerra - Bloco A.2 - 2º andar	Self condensação o ar - dutado	Carrier	15 TR	380	78,50	01
Edf. Paulo Guerra - Bloco A - 2º andar - Coord. Contabil	Split - Hi wall	LG	1 TR	220	0	01
Edf. Paulo Guerra - Bloco A - 2º andar - Orçamento e Financ.	Split - Hi wall	LG	1 TR	220	0	01
Edf. Paulo Guerra - Bloco A - 2º andar - Arqv. Diplag	Split - Piso/Teto	Elgin	3 TR	220	0	01
<b>Total da área do 2º andar (M²) 373,03</b>				<b>Total dos Dutos (M) 157,00</b>		
Local	Tipo de Equipament o	Marca	Capacidade	Voltagem	Estimativa da extensão do Duto(M)	Qtde. De Equipamentos
Edf. Paulo Guerra - Bloco A - 3º andar - Recepção	Self condensação o ar - dutado	Carrier	15 TR	380	78,50	01
Edf. Paulo Guerra - Bloco A - 3º andar - Presidência	Self condensação o ar - dutado	Carrier	15 TR	380	78,50	01
Edf. Paulo Guerra - Bloco A - 3º andar - Ass. Comunicação	Split - Piso/Teto	Carrier	5 TR	220	0	01
Edf. Paulo Guerra - Bloco A - 3º andar - Chefia de gabinete	Split - Hi wall	Elgin	1 TR	200	0	01
<b>Total da área do 3º andar (M²) 373,03</b>				<b>Total dos Dutos (M) 157,00</b>		
Local	Tipo de Equipament o	Marca	Capacidade	Voltagem	Estimativa da extensão do Duto(M)	Qtde. De Equipamentos
Edf. Paulo Guerra - Bloco B - Anexo Sl. Calouste	Split - Hi wall	Springer	1 TR	220	0	01



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

Edf. Paulo Guerra - Bloco B - Sala Calouste	Self condensação o ar - dutado	Hitachi	7,5 TR	380	39,56	02
Edf. Paulo Guerra - Bloco B - Protocolo	Split - Hi wall	Midea	1,5 TR	220	0	01
<b>Total da área (M²) 373,03</b>				<b>Total dos Dutos (M) 39,56</b>		
Local	Tipo de Equipamento	Marca	Capacidade	Voltagem	Estimativa da extensão do Duto(M)	Qtde. De Equipamentos
Edf. Paulo Guerra - Bloco B - Ed. Massangana - Térreo - Recepção	Split - Hi wall	Hitachi	1,5 TR	220	0	01
Edf. Paulo Guerra - Bloco B - Ed. Massangana - Térreo - Ouvidoria	Split - Hi wall - Inverter	Elgin	0,75	220	0	01
Edf. Paulo Guerra - Bloco B - Ed. Massangana - Térreo - Ouvidoria - Recepção	Split - Hi wall - Inverter	Elgin	0,75	220	0	01
<b>Total da área (M²) 373,03</b>				<b>Total dos Dutos (M) 0,00</b>		
Local	Tipo de Equipamento	Marca	Capacidade	Voltagem	Estimativa da extensão do Duto(M)	Qtde. De Equipamentos
Edf. Paulo Guerra - Bloco B - Ed. Massangana - 1º andar - Coord. Audio Visual	Split Piso/Teto	Komecc o	3 TR	220	0	01
Edf. Paulo Guerra - Bloco B - Ed. Massangana - 1º andar - Coord. Audio Visual	Split Piso/Teto	Midea	2 TR	220	0	01
<b>Total área do 1 andar (M²) 96,60</b>				<b>Total dos Dutos (M) 0,00</b>		
Local	Tipo de Equipamento	Marca	Capacidade	Voltagem	Estimativa da extensão do Duto(M)	Qtde. De Equipamentos





## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

Edf. Paulo Guerra - Bloco B - Ed. Massangana - 2º andar - Ouvidoria	Split Piso/Teto	Midea	1,5 TR	220	0	01
Edf. Paulo Guerra - Bloco B - Ed. Massangana - 2º andar - Auditoria	Split Piso/Teto	LG	3 TR	220	0	01
Total área do 2 andar (M²) 96,60				Total dos Dutos (M) 0,00		
Local	Tipo de Equipament o	Marca	Capacidade	Voltagem	Estimativa da extensão do Duto(M)	Qtde. De Equipamentos
Edf. Paulo Guerra - Bloco B - Ed. Massangana - 3º andar - Sala - 01	Split Piso/Teto	Midea	3 TR	220	0	01
Edf. Paulo Guerra - Bloco B - Ed. Massangana - 3º andar - Sala - 02	Split Piso/Teto	Midea	2 TR	220	0	01
Total área do 3 andar (M²) 96,60				Total dos Dutos (M) 0,00		
RELAÇÃO DOS CONDICIONADORES DE AR NO CAMPUS CASA FORTE - FUNDAJ						
Av. Dezesete de Agosto, 2187 - Casa Forte - Recife- PE						
Local	Tipo de Equipament o	Marca	Capacidade	Voltagem	Estimativa da extensão do Duto(M)	Qtde. De Equipamentos
Edf. José Bonifácio - 1º andar - Informática	Mult Split Hi wall - Inverter	Midea	1 TR	220	0	2
Edf. José Bonifácio - 1º andar - Informática	Mult Split Hi wall - Inverter	Midea	1,2 TR	220	0	2
Edf. José Bonifácio - 1º andar - Informática	Mult Split Hi wall - Inverter	Midea	0,75 TR	220	0	3



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

Edf. José Bonifácio - 1º andar - Informática	Mult Split Hi wall - Inverter	Midea	2 TR	220	0	2
<b>Área Total do 1º Andar (M²) 234,20</b>				<b>Total dos Dutos (M) 0,00</b>		
Edf. José Bonifácio - 2º andar	Self condensação o ar - dutado	Carrier	10 TR	380	39	01
<b>Área Total do 2º Andar (M²) 234,20</b>				<b>Total dos Dutos (M) 39,00</b>		
Guarita - Posto de Vigilância	Split Hi wall - Inverter	TCL	0,75 TR	220	0	01
<b>Área Total da Guarita (M²) 7,47</b>				<b>Total dos Dutos (M) 0,00</b>		

### RELAÇÃO DOS CONDICIONADORES DE AR NO CAMPUS CASA FORTE - FUNDAJ

Av. Dezessete de Agosto, 2187 - Casa Forte - Recife- PE

Local	Tipo de Equipamento	Marca	Capacida de	Voltagem	Estimativa da extensão do Duto(M)	Qtde. De Equipamentos
Edf. Francisco Ribeiro - Bloco A - Galeria Baobá(Sub-solo)	Split piso/teto - Inverter	TCL	3TR	220	0	02
Edf. Francisco Ribeiro - Bloco A- Galeria Baobá	Split piso/teto - Inverter	TCL	3TR	220	0	02
<b>Área Total do Bloco A (M²) 285,55</b>				<b>Total dos Dutos (M) 0,00</b>		
Edf. Francisco Ribeiro - Bloco B - Cinemateca - Recepção - Térreo	Split Hi wall	Eletrolux	1 TR	220	0	01
Edf. Francisco Ribeiro - Bloco B - Sl. Geneton Moraes Neto	Split Hi wall - Inverter	Elgin	1,5 TR	220	0	01



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

Edf. Francisco Ribeiro - Bloco B - Sl. Almyr Steves	Split Piso/Teto - Inverter	Carrier	5 TR	380	0	01
Edf. Francisco Ribeiro - Bloco B - COCIN	Split Piso/Teto	Hitachi	5 TR	380	0	01
Edf. Francisco Ribeiro - Bloco B - COCIN	Split Piso/Teto	Midea	1,5 TR	220	0	01
<b>Total área do Térreo (M²) 272,29</b>				<b>Total dos Dutos (M) 0,00</b>		
Edf. Francisco Ribeiro - Bloco B - Arq. Geral - 1º Andar	Split Piso/Teto	Carrier	5 TR	380	0	01
Edf. Francisco Ribeiro - Bloco B - Sl de Sonorização - 1º Andar	ACJ	Springer	1,75 TR	220	0	01
<b>Total área do Bloco B - 1º andar (M²) 272,29</b>				<b>Total dos Dutos (M) 0,00</b>		
Edf. Francisco Ribeiro - Bloco C - Sl Mauro Mota	Split Piso/Teto - Inverter	Elgin	3 TR	220	0	01
Edf. Francisco Ribeiro - Bloco C - Conselho Diretor - Sl. Recepção	Split Hi wall - Inverter	Midea	2 TR	220	0	01
Edf. Francisco Ribeiro - Bloco C - Conselho Diretor - Sl. Reunião	Split Piso/Teto -	Hitachi	5 TR	220	0	02
Edf. Francisco Ribeiro - Bloco C - Conselho Diretor - Ante - Sala de Reunião	Split Hi wall - Inverter	Midea	1,5 TR	220	0	01
Edf. Francisco Ribeiro - Bloco C - Conselho Diretor - Apoio Adm, da CODIR	Split Hi wall - Inverter	TCL	2 TR	220	0	01
<b>Total área do Térreo (M²) 272,29</b>				<b>Total dos Dutos (M) 0,00</b>		



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

### RELAÇÃO DOS CONDICIONADORES DE AR NO CAMPUS CASA FORTE - FUNDAJ

Av. Dezesete de Agosto, 2187 - Casa Forte - Recife- PE

Local	Tipo de Equipamento	Marca	Capacidade	Voltagem	Estimativa da extensão do Duto(M)	Qtde. De Equipamentos
Edf. Saturnino Gonçalves - Térreo - Reserva Técnica	Split Hi wall - Inverter	Elgin	0,75 TR	220	0	01
<b>Total área do Térreo (M²) 147,64</b>				<b>Total dos Dutos (M) 0,00</b>		
Edf. Saturnino Gonçalves - Coord. Geral do Museu - Sl. 109 - 1º andar	Split Hi wall - Inverter	Elgin	0,75 TR	220	0	01
Edf. Saturnino Gonçalves - Div. De Estudos - Sl. 107 - 1º andar	Split Hi wall - Inverter	Elgin	0,75 TR	220	0	01
Edf. Saturnino Gonçalves - Div. De Estudos - Sl. 206 - 1º andar	Split Hi wall - Inverter	Elgin	0,75 TR	220	0	01
Edf. Saturnino Gonçalves - Secretaria - Sl. 106 - 1º andar	Split Hi wall - Inverter	Elgin	1,75 TR	220	0	01
Edf. Saturnino Gonçalves - Coordenação - Sl. 106 - 1º andar	Split Hi wall - Inverter	Elgin	1,75 TR	220	0	01
Edf. Saturnino Gonçalves - Monitoria - Sl. 104 - 1º andar	Split Hi wall - Inverter	Hitachi	2 TR	220	0	01
Edf. Saturnino Gonçalves - Coordenação - Sl. 103 - 1º andar	Split Hi wall - Inverter	Elgin	0,75 TR	220	0	01
Edf. Saturnino Gonçalves - Monitoria - Sl. 102 - 1º andar	Split Hi wall - Inverter	Elgin	0,75 TR	220	0	01
Edf. Saturnino Gonçalves - Coordenação - Sl. 202 - 1º andar	Split Hi wall - Inverter	Elgin	2 TR	220	0	01



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

Total área do 1 andar (M²) 147,64				Total dos Dutos (M) 0,00		
Edf. Saturnino Gonçalves - Almoxarifado - Sl. S/n - 2º andar	Split Hi wall -	Elgin	0,75 TR	220	0	03
Edf. Saturnino Gonçalves - Almoxarifado - Sl. 207 - 2º andar	Split Hi wall -	Elgin	0,75 TR	220	0	01
Edf. Saturnino Gonçalves - Almoxarifado - Sl. 205 - 2º andar	Split Hi wall -	Elgin	0,75 TR	220	0	01
Edf. Saturnino Gonçalves - Almoxarifado - Sl. 204 - 2º andar	Split Hi wall -	Elgin	2 TR	220	0	01
Edf. Saturnino Gonçalves - Design - Sl. 203 - 2º andar	Split Hi wall - Inverter	Elgin	2 TR	220	0	01
Edf. Saturnino Gonçalves - Pesq. E Produção - Sl. 101 - 2º andar	Split Hi wall -	Elgin	0,75 TR	220	0	01
Edf. Saturnino Gonçalves - Pesq. E Produção - Sl. 201 - 2º andar	Split Hi wall -	Elgin	0,75 TR	220	0	01
Edf. Saturnino Gonçalves - Pesq. E Produção - Sl. 208 - 2º andar	Split Piso/Teto	Carrier	2 TR	220	0	01
Total área do 2 andar (M²) 147,64				Total dos Dutos (M) 0,00		
RELAÇÃO DOS CONDICIONADORES DE AR NO CAMPUS APIUCOS - FUNDAJ						
Av. Dezessete de Agosto, 2187 - Casa Forte - Recife- PE						
Local	Tipo de Equipamento	Marca	Capacidade	Voltagem	Estimativa da extensão do Duto(M)	Qtde. De Equipamentos
Museu do Homem do NE - Térreo	Split Piso/Teto	Hitachi	5 TR	380	0	05



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

Museu do Homem do NE - Térreo	Split Piso/Teto - Inverter	Carrier	5 TR	380	0	02
Museu do Homem do NE - Térreo	Split Piso/Teto	York	5 TR	380	0	01
Museu do Homem do NE - Térreo	Split Piso/Teto	Komecco	5 TR	380	0	01
Museu do Homem do NE - Térreo - Espaço Jante Costa	Split Piso/Teto	Komecco	5 TR	380	0	01
Museu do Homem do NE - Térreo - SERGE - SI de supervisão	Split Hi wall	Elgin	0,75 TR	220	0	01
Museu do Homem do NE - Térreo - Oficina	Split Piso/Teto	Komecco	5 TR	380	0	01
Museu do Homem do NE - Térreo - Oficina	Split Hi wall	LG	2 TR	220	0	01
Museu do Homem do NE - Térreo - Benício Dias	Self condensação ar - dutado	Hitachi	5 TR	380	68,90	04
Museu do Homem do NE - Térreo - Benício Dias	Self condensação ar - dutado	Elgin	5 TR	380	68,90	02
<b>Total área do Térreo (M²) 1162,39</b>				<b>Total dos Dutos (M) 137,80</b>		
Museu do Homem do NE - 1º andar - Expo Elas	Splitão - Inverter	Carrier	15 TR	220	0	02
Museu do Homem do NE - 1º andar - Expo Elas	Split Piso/Teto - Inverter	Carrier	5 TR	220	0	01
<b>Total área do 1 andar (M²) 366,29</b>				<b>Total dos Dutos (M) 0,00</b>		



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

### RELAÇÃO DOS CONDICIONADORES DE AR NO CAMPUS APIPUCOS - FUNDAJ

Rua Dois Irmãos, 92 - Apipucos - Recife- PE

Local	Tipo de Equipamento	Marca	Capacidade	Voltagem	Estimativa da extensão do Duto(M)	Qtde. De Equipamentos
Edf. Jorge Tasso Neto - Térreo - DIPES - Adm. - Prefeitura	Split Hi wall - Inverter	TCL	1,5 TR	220	0	01
Edf. Jorge Tasso Neto - Térreo - Sl. Dos Motoristas	Split Hi wall	Elgin	1 TR	220	0	01
Edf. Jorge Tasso Neto - Térreo - Sl. 18	Split Hi wall	Springer	1 TR	220	0	02
Edf. Jorge Tasso Neto - Térreo - Sl. 17	Split Hi wall	Hitachi	1 TR	220	0	01
Edf. Jorge Tasso Neto - Térreo - Sl. 15	Split Hi wall	Hitachi	1 TR	220	0	01
Edf. Jorge Tasso Neto - Térreo - Sl. 14	Split Hi wall	LG	2 TR	220	0	01
Edf. Jorge Tasso Neto - Térreo - Sl. 13	Split Hi wall - Inverter	TCL	1 TR	220	0	01
Edf. Jorge Tasso Neto - Térreo - Sl. 12	Split Hi wall	TCL	1 TR	220	0	01
Edf. Jorge Tasso Neto - Térreo - Sl. 12	Split Hi wall	TCL	1 TR	220	0	01
Edf. Jorge Tasso Neto - Térreo - Sl. 11	Split Hi wall	Springer	0,75 TR	220	0	02





## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

Edf. Jorge Tasso Neto - Térreo - Sl. Multi Acadêmica	Split Hi wall - Inverter	TCL	1,5 TR	220	0	01
Edf. Jorge Tasso Neto - Térreo - Sl. 09	Split Hi wall	Hitachi	1,5 TR	220	0	01
Edf. Jorge Tasso Neto - Térreo - Sl. 08	Split Hi wall	Hitachi	0,75 TR	220	0	01
Edf. Jorge Tasso Neto - Térreo - Sl. 07	Split Hi wall - Inverter	TCL	1 TR	220	0	01
Edf. Jorge Tasso Neto - Térreo - Sl. 06	Split Hi wall - Inverter	TCL	2 TR	220	0	01
Edf. Jorge Tasso Neto - Térreo - Sl. 05	Split Hi wall - Inverter	TCL	1 TR	220	0	01
Edf. Jorge Tasso Neto - Térreo - Sl. 04	Split Hi wall	Komecco	1,5 TR	220	0	01
Edf. Jorge Tasso Neto - Térreo - Sl. 02( Sl. Gilberto Osório)	Split Piso/Teto	Elgin	5 TR	220	0	01
Edf. Jorge Tasso Neto - Térreo - Sl. 01(Sl. Segura - Inep - Dipes)	Split Hi wall	LG	0,75 TR	220	0	01
<b>Total área do Térreo (M²) 309,54</b>				<b>Total dos Dutos (M) 0,00</b>		
Edf. Jorge Tasso Neto - 1º andar - Sl. 01	Split Hi wall	Elgin	0,75 TR	220	0	01
Edf. Jorge Tasso Neto - 1º andar - Sl. 02	Split Hi wall	Elgin	1 TR	220	0	02
Edf. Jorge Tasso Neto - 1º andar - Sl. 03	Split Hi wall	Elgin	1 TR	220	0	01



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

Edf. Jorge Tasso Neto - 1º andar - Sl. 04	Split Hi wall	Elgin	1 TR	220	0	01
Total área do 1 andar (M²) 309,54				Total dos Dutos (M) 0,00		

### RELAÇÃO DOS CONDICIONADORES DE AR NO CAMPUS APIPUCOS - FUNDAJ

Rua Dois Irmãos, 92 - Apipucos - Recife- PE

Local	Tipo de Equipamento	Marca	Capacidade	Voltagem	Estimativa da extensão do Duto(M)	Qtde. De Equipamentos
Edf. Delmiro Golveia - Sl, René Ribeiro	Split Piso/Teto	Eletrolux	5 TR	220	0	02
Edf. Delmiro Golveia - Sl, Audio Visual	Split Hi wall	Eletrolux	1,5 TR	220	0	02

Total área do Térreo (M²) 162,70				Total dos Dutos (M) 0,00		
----------------------------------	--	--	--	--------------------------	--	--

Edf. Delmiro Golveia - 1º andar - Curadoria Digital	Split Hi wall	Eletrolux	3 TR	220	0	01
Edf. Delmiro Golveia - 1º andar - Sl. De Reunião	Split Hi wall	Eletrolux	1,5 TR	220	0	01
Edf. Delmiro Golveia - 1º andar - Sl. Diretoria	Split Hi wall	Eletrolux	1,5 TR	220	0	02
Edf. Delmiro Golveia - 1º andar - Sl. Do Servidor	Split Hi wall - Inverter	TCL	1 TR	220	0	01

Área Total do 1º andar (M²) 162,70				Total dos Dutos (M) 0,00		
------------------------------------	--	--	--	--------------------------	--	--

### RELAÇÃO DOS CONDICIONADORES DE AR NO CAMPUS APIPUCOS - FUNDAJ

Rua Dois Irmãos, 92 - Apipucos - Recife- PE

Local	Tipo de Equipamento	Marca	Capacidade	Voltagem	Estimativa da extensão do Duto(M)	Qtde. De Equipamentos
-------	---------------------	-------	------------	----------	-----------------------------------	-----------------------



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

Edf. Antiógenes Chaves - Térreo -Coord. De Tecnologia	Self condensaç ão ar - dutado	Hitachi	10 TR	380	49,86	03
Edf. Antiógenes Chaves - Térreo - Sala do CPD	Split piso/teto	Elgin	3 TR	220	0	01
Edf. Antiógenes Chaves - Térreo - Sala do CPD	Split piso/teto - Inverter	Elgin	3 TR	220	0	01
Edf. Antiógenes Chaves - Térreo - Sala do CPD	Split piso/teto	Hitachi	3 TR	220	0	01
Edf. Antiógenes Chaves - Térreo - Sala do CPD	Split piso/teto	Komecc o	3 TR	220	0	01
Edf. Antiógenes Chaves - Térreo - CEHIBRA(Acervo Técnico)	Split piso/teto	Carrier	4,8 TR	220	0	01
Edf. Antiógenes Chaves - Térreo - CEHIBRA(Acervo Técnico)	Split piso/teto - Inverter	Philco	3 TR	220	0	03
Total área do Térreo (M²) 779,55				Total dos Dutos (M) 49,86		
<div> <div> RELAÇÃO DOS CONDICIONADORES DE AR NO CAMPUS APIPUCOS - FUNDAJ </div> <div> Rua Dois Irmãos, 92 - Apipucos - Recife- PE </div> </div>						
Local	Tipo de Equipamento	Marca	Capacidade	Voltagem	Estimativa da extensão do Duto(M)	Qtde. De Equipamentos
Edf. Casa Itatiaia - CIEG - Recepção	Split Hi wall - Inverter	TCL	1 TR	220	0	01
Edf. Casa Itatiaia - Auditório	Split Hi wall	LG	1 TR	220	0	02



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

Edf. Casa Itatiaia - Sala de Chefia	Split Hi wall	LG	1 TR	220	0	01
Edf. Casa Itatiaia - Mapoteca	Split Hi wall	LG	1 TR	220	0	01
Edf. Casa Itatiaia - Sala de Exposição	Split Hi wall - Inverter	TCL	0,75 TR	220	0	01
Edf. Casa Itatiaia - Sala de Exposição	Split Hi wall	LG	1,5 TR	220	0	01
Edf. Casa Itatiaia - Sala da Coordenação	Split Hi wall	LG	0,75 TR	220	0	01
Edf. Casa Itatiaia - Lab. De computação aplicada	Split Hi wall	LG	1,5 TR	220	0	01
Edf. Casa Itatiaia - Lab. De Cartografia	Split piso/teto	LG	3 TR	220	0	01
Edf. Casa Itatiaia - CPD	Split Hi wall - Inverter	TCL	1 TR	220	0	01
Edf. Casa Itatiaia - CPD	Split Hi wall	Elgin	1,5 TR	220	0	01
Total área do Térreo (M²) 225,79				Total dos Dutos (M) 0,00		

### RELAÇÃO DOS CONDICIONADORES DE AR NO CAMPUS APIUCOS - FUNDAJ

Rua Dois Irmãos, 92 - Apipucos - Recife- PE

Local	Tipo de Equipamento	Marca	Capacidade	Voltagem	Estimativa da extensão do Duto(M)	Qtde. De Equipamentos
Edf. Renato Carneiro - Térreo - Sl. 07 -	Split Hi wall	Springer	1 TR	220	0	2
Edf. Renato Carneiro - Térreo - Sl. 06 -	Split Hi wall	Springer	1 TR	220	0	01
Edf. Renato Carneiro - Térreo - Sl. 11 -	Split Hi wall	Springer	1 TR	220	0	01



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

Edf. Renato Carneiro - Térreo - Sl. 09 -	Split Hi wall	Springer	1 TR	220	0	01
Edf. Renato Carneiro - Térreo - Sl. 10 -	Split Hi wall	Springer	1 TR	220	0	01
Edf. Renato Carneiro - Térreo - Sl. 15 -	Split Hi wall - Inverter	Springer	1 TR	220	0	01
Edf. Renato Carneiro - Térreo - Sl. 13 -	Split Hi wall - Inverter	Springer	1 TR	220	0	01
Edf. Renato Carneiro - Térreo - Atende as sls. 02, 03, 04, 06, 07, 08, 09, 10, 12 e 16.	Self condensaç ão ar - dutado	Carrier	3 TR	380	39	01
<b>Total área do Térreo (M²) 675,79</b>				<b>Total dos Dutos (M) 39,00</b>		

### RELAÇÃO DOS CONDICIONADORES DE AR NO CAMPUS APIPUCOS - FUNDAJ

Rua Dois Irmãos, 92 - Apipucos - Recife- PE

Local	Tipo de Equipament o	Marca	Capacidad e	Voltagem	Estimativa da extensão do Duto(M)	Qtde. De Equipamentos
Edf. Renato Carneiro - 1º andar - Sl. De aula dos Mestrados - 03	Split Hi wall - Inverter	TCL	2 TR	220	0	01
Edf. Renato Carneiro - 1º andar - Antende as Sl. Mário Souto Maior	Self condensaç ão ar - dutado	Carrier	7,5 TR	380	11	01
Edf. Renato Carneiro - 1º andar - Antende as Sl. Laboratório dos mestrados, sl. de aula 01 e secretária dos mestrados	Self condensaç ão ar - dutado	Carrier	7,5 TR	380	50	01
Edf. Renato Carneiro - 1º andar - Sl, da Revista Coletiva	Split Hi wall	Hitachi	0,75 TR	220	0	01



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

Edf. Renato Carneiro - 1º andar - CECIN - Recepção	Split Hi wall - Inverter	Elgin	1 TR	220	0	01
Edf. Renato Carneiro - 1º andar - sala 01	Split Hi wall - Inverter	Elgin	1 TR	220	0	01
Edf. Renato Carneiro - 1º andar - sala 02	Split Hi wall	LG	2 TR	220	0	01
Edf. Renato Carneiro - 1º andar - sala 08	Split Hi wall - Inverter	Elgin	2 TR	220	0	01
Edf. Renato Carneiro - 1º andar - sala 03	Split Hi wall	Midea	1,5 TR	220	0	01
Edf. Renato Carneiro - 1º andar - sala 07	Split Hi wall	Midea	1,5 TR	220	0	01
Edf. Renato Carneiro - 1º andar - sala 04	Split Hi wall - Inverter	TCL	1 TR	220	0	01
Edf. Renato Carneiro - 1º andar - sala 05	Split Hi wall	Springer	0,75 TR	220	0	01
Edf. Renato Carneiro - 1º andar - sala 06	Split Hi wall	LG	1,5 TR	220	0	01

Total área do 1 andar (M²) 675,79

Total dos Dutos (M) 61,00

### RELAÇÃO DOS CONDICIONADORES DE AR NO CAMPUS APIPUCOS - FUNDAJ

Rua Dois Irmãos, 92 - Apipucos - Recife- PE

Local	Tipo de Equipamento	Marca	Capacidade	Voltagem	Estimativa da extensão do Duto(M)	Qtde. De Equipamentos
Edf. Dirceu Pessoa - 5º Andar - Recepção	Self condensação ar - dutado	Hitachi	15 TR	380	29 M	01
Edf. Dirceu Pessoa - 5º Andar - Sl. Jota Soares	Split Piso/Teto	Carrier	3 TR	220	0	01



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

Edf. Dirceu Pessoa - 5º Andar - Sl. Jota Soares	Split Hi wall - Inverter	TCL	3 TR	220	0	01
Edf. Dirceu Pessoa - 5º Andar - CEHIBRA - SEDOCA	Split Piso/Teto - Inverter	TCL	3 TR	220	0	01
Edf. Dirceu Pessoa - 5º Andar - Sl. Nelson Ferreira	Split Piso/Teto	Carrier	5 TR	220	0	01
Edf. Dirceu Pessoa - 5º Andar - Sl. Nelson Ferreira	Split Piso/Teto	TCL	3 TR	220	0	01
<b>Total área do 5 andar (M²) 410,96</b>				<b>Total dos Dutos (M) 29,00</b>		

### RELAÇÃO DOS CONDICIONADORES DE AR NO CAMPUS APIPUCOS - FUNDAJ

Rua Dois Irmãos, 92 - Apipucos - Recife- PE

Local	Tipo de Equipamento	Marca	Capacidade	Voltagem	Estimativa da extensão do Duto(M)	Qtde. De Equipamentos
Edf. Dirceu Pessoa - 4º Andar - Recepção	Self condensação ar - dutado	Hitachi	15 TR	380	24	01
Edf. Dirceu Pessoa - 4º Andar - Arcervo Textual	Split Piso/Teto - Inverter	TCL	3 TR	220	0	02
Edf. Dirceu Pessoa - 4º Andar - Arcervo Textua	Split Piso/Teto - Inverter	Carrier	5 TR	220	0	01
Edf. Dirceu Pessoa - 4º Andar - Arcervo Textual	Split Piso/Teto	Carrier	5 TR	220	0	01
Edf. Dirceu Pessoa - 4º Andar - Sl. José Césio Regueira Costa	Split Piso/Teto	Carrier	3 TR	220	0	04
<b>Total área do 4 andar (M²) 410,96</b>				<b>Total dos Dutos (M) 24,00</b>		





## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

### RELAÇÃO DOS CONDICIONADORES DE AR NO CAMPUS APIPUCOS - FUNDAJ

Rua Dois Irmãos, 92 - Apipucos - Recife- PE

Local	Tipo de Equipamento	Marca	Capacidade	Voltagem	Estimativa da extensão do Duto(M)	Qtde. De Equipamentos
Edf. Dirceu Pessoa - 3º Andar - Biblioteca - Recepção	Self condensação ar - dutado	Hitachi	15 TR	380	24	01
Edf. Dirceu Pessoa - 3º Andar - Biblioteca - Sala - 02	Split Piso/Teto	Carrier	3 TR	220	0	02
Edf. Dirceu Pessoa - 3º Andar - Biblioteca - Sala - 04	Split Piso/Teto	Carrier	3 TR	220	0	02
Edf. Dirceu Pessoa - 3º Andar - Biblioteca - Sala - 04	Split Piso/Teto - Inverter	Carrier	5 TR	220	0	01
Edf. Dirceu Pessoa - 3º Andar - Biblioteca - Sala - 04	Split Piso/Teto	Hitachi	3 TR	220	0	01
Total área do 3 andar (M²) 410,96				Total dos Dutos (M) 24,00		

### RELAÇÃO DOS CONDICIONADORES DE AR NO CAMPUS APIPUCOS - FUNDAJ

Rua Dois Irmãos, 92 - Apipucos - Recife- PE

Local	Tipo de Equipamento	Marca	Capacidade	Voltagem	Estimativa da extensão do Duto(M)	Qtde. De Equipamentos
Edf. Dirceu Pessoa - 2º Andar - Biblioteca - Recepção	Self condensação ar - dutado	Hitachi	15 TR	380	24	01
Edf. Dirceu Pessoa - 2º Andar - Biblioteca - Sala - 01	Split Hi wall	Daikin	0,75 TR	220	0	01



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

Edf. Dirceu Pessoa - 2º Andar - Biblioteca - Sala - 02	Split Piso/Teto	Carrier	3 TR	220	0	04
Edf. Dirceu Pessoa - 2º Andar - Biblioteca - sala - 03	Split Hi wall - Inverter	TCL	1,5 TR	220	0	01
Edf. Dirceu Pessoa - 2º Andar - Biblioteca - sala - 03	Split Piso/Teto	Carrier	1,5 TR	220	0	01

Área Total do 2º andar (M²) 410,96

Total dos Dutos (M) 24,00

### RELAÇÃO DOS CONDICIONADORES DE AR NO CAMPUS APIPUCOS - FUNDAJ

Rua Dois Irmãos, 92 - Apipucos - Recife- PE

Local	Tipo de Equipamento	Marca	Capacidade	Voltagem	Estimativa da extensão do Duto(M)	Qtde. De Equipamentos
Edf. Dirceu Pessoa - 1º Andar - Biblioteca - Recepção e SI - 04	Self condensação ar - dutado	Hitachi	15 TR	380	24	01
Edf. Dirceu Pessoa - 1º Andar - Arquivo Pinacoteca	Split Piso/Teto - Inverter	TCL	3 TR	220	0	02
Edf. Dirceu Pessoa - 1º Andar - Arquivo Pinacoteca	Split Piso/Teto	Hitachi	5 TR	220	0	02
Edf. Dirceu Pessoa - 1º Andar - Arquivo Pinacoteca	Split Piso/Teto	Carrier	3 TR	220	0	02

Área Total do 1º andar (M²) 410,96

Total dos Dutos (M) 24,00

### RELAÇÃO DOS CONDICIONADORES DE AR NO CAMPUS APIPUCOS - FUNDAJ

Rua Dois Irmãos, 92 - Apipucos - Recife- PE

Local	Tipo de Equipamento	Marca	Capacidade	Voltagem	Estimativa da extensão do Duto(M)	Qtde. De Equipamentos
-------	---------------------	-------	------------	----------	-----------------------------------	-----------------------



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

Edf. Dirceu Pessoa - Térreo - Recepção	Self condensaç ão ar - dutado	Hitachi	15 TR	380	20	01
Edf. Dirceu Pessoa - Térreo - Biblioteca - Recepção e SI - 01	Split Piso/Teto	Carrier	3 TR	220	0	02
Edf. Dirceu Pessoa - Térreo - Biblioteca - Recepção e SI - 02	Split Piso/Teto	Carrier	5 TR	220	0	01
Edf. Dirceu Pessoa - Térreo - Biblioteca - Recepção e SI - 03	Split Piso/Teto	Carrier	3 TR	220	0	02
Área Total do Térreo (M²) 410,96				Total dos Dutos (M) 20,00		
<div> <div>RELAÇÃO DOS CONDICIONADORES DE AR NO CAMPUS APIPUCOS - FUNDAJ</div> <div>Rua Dois Irmãos, 92 - Apipucos - Recife- PE</div> </div>						
Local	Tipo de Equipament o	Marca	Capacidade	Voltagem	Estimativa da extensão do Duto(M)	Qtde. De Equipamentos
Edf. Dolores Salgado de Souza - Térreo - SI de Microfilmagem	Split Piso/Teto - Inverter	Eleltrolux	3 TR	220	0	01
Edf. Dolores Salgado de Souza - Térreo - SI de Microfilmagem	Split Piso/Teto	Eleltrolux	1,5 TR	220	0	02
Edf. Dolores Salgado de Souza - Térreo - SI de Microfilmagem	Split Piso/Teto - Inverter	TCL	1 TR	220	0	02
Área Total do Térreo (M²) 358,03				Total dos Dutos (M) 0,00		
Edf. Dolores Salgado de Souza - 1º Andar - SI da Digitalização	Split Hi wall	Eletrolux	1 TR	220	0	01



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

Edf. Dolores Salgado de Souza - 1º Andar - SI da Digitalização	Split Hi wall	Eletrolux	2,5 TR	220	0	01
Edf. Dolores Salgado de Souza - 1º Andar - SI da Fotografia	Split Hi wall	Eletrolux	2 TR	220	0	02
Área Total do 1º andar (M²) 358,03				Total dos Dutos (M) 0,00		

### RELAÇÃO DOS CONDICIONADORES DE AR NO CAMPUS APIPUCOS - FUNDAJ

Rua Dois Irmãos, 92 - Apipucos - Recife- PE

Local	Tipo de Equipamento	Marca	Capacidade	Voltagem	Estimativa da extensão do Duto(M)	Qtde. De Equipamentos
Edf. Dolores Salgado de Souza - Térreo - Anexo - Oficina	ACJ	Consul	1,75 TR	220	0	01
Edf. Dolores Salgado de Souza - 1º Andar - Anexo - Oficina	Split Hi wall	Hitachi	1,5 TR	220	0	01
Área Total (M²) 358,03				Total dos Dutos (M) 0,00		

### RELAÇÃO DOS CONDICIONADORES DE AR FUNDAJ/DERBY

Rua Henrique Dias, 609, Derby, Recife-PE.

Equipamento	Cap. Nominal	Consumo a 100%	COP a 100%	COP a 50%
MMY.AP2416HT7P	24 HP	18,8 kW	3,564	5,857
MMY.AP4016HT7P	40 HP	35,8 kW	3,128	5,606
MMY.AP4216HT7P	42 HP	38,9 kW	3,021	5,444
MMY.AP5216HT7P	52 HP	45,1 kW	3,237	5,615
MMY.AP5416HT7P	54 HP	48,2 kW	3,143	5,532

### RELAÇÃO DAS EVAPORADORAS DE AR NO CAMPUS DO DERBY - FUNDAJ

Rua Henrique Dias, nº 809 - Derby - Recife - PE.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

Descrição dos equipamentos	Unidade	Pavimento			Quant. de equipamento
		TÉRRE O	1º PAV.	2º PAV.	
Equipamento VRF: Unidade de Renovação de Ar, marca LG, modelo RNU76GB8Z4 com capacidade de 22 kW, com controle remoto sem fio, incluindo acessórios e filtros 64 + F5.	UN	0	0	2	2
Equipamento VRF: Unidade de Renovação de Ar, marca LG, modelo RNU96GB8Z4 com capacidade de 28 kW, com controle remoto sem fio, incluindo acessórios e filtros G4 + F5	UN	1	2	0	3
Equipamento tipo VRF: Unidade evaporadora tipo Hi-wall, marca LG, com capacidade de 2,2 kW, modelo RNU07GSBL4, com controle remoto sem fio.	UN	16	14	0	30
Equipamento tipo VRF: Unidade evaporadora tipo Hi-wall, marca LG, com capacidade de 2,8 kW, modelo RNU09GSBL4, com controle remoto sem fio.	UN	7	1	1	9
Equipamento tipo VRF: Unidade evaporadora tipo Hi-wall, marca LG, com capacidade de 3,6 kW, modelo RNU12GSBL4, com controle remoto sem fio.	UN	5	2	1	8
Equipamento tipo VRF: Unidade evaporadora tipo Hi-wall, marca LG, com capacidade de 4,5 kW, modelo RNU15GSBL4, com controle remoto sem fio.	UN	0	0	1	1
Equipamento tipo VRF: Unidade evaporadora tipo Hi-wall, marca LG, com capacidade de 5,6 kW, modelo RNU18GSCL4, com controle remoto sem fio.	UN	4	6	1	11
Equipamento tipo VRF: Unidade evaporadora tipo Hi-wall, marca LG, com capacidade de 7,1 kW, modelo RNU24GSCL4, com controle remoto sem fio.	UN	2	2	6	10
Equipamento tipo VRF: Unidade evaporadora tipo Hi-wall, marca LG, com capacidade de 11,2 kW, modelo RNU48GVKA2, com controle remoto sem fio.	UN	0	1	2	3



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

Equipamento tipo VRF: Unidade evaporadora tipo Dutado (teto embutido), marca LG, com capacidade de 7,1 kW e pressão estática externa de 190 Pa, modelo RNU24GBHA4, com controle remoto sem fio.	UN	4	0	0	4
Equipamento tipo VRF: Unidade evaporadora tipo Dutado (teto embutido), marca LG, com capacidade de 9,0 kW e pressão estática externa de 110 Pa, modelo RNU36GBGA4, com controle remoto sem fio.	UN	0	2	0	2
Equipamento tipo VRF: Unidade evaporadora tipo Dutado (teto embutido), marca LG, com capacidade de 11,2 kW e pressão estática externa de 190 Pa, modelo RNU42GBA4, com controle remoto sem fio.	UN	1	1	0	2
Equipamento tipo VRF: Unidade evaporadora tipo Dutado (teto embutido), marca LG, com capacidade de 14,0 kW e pressão estática externa de 190 Pa, modelo RNU48GBGA4, com controle remoto sem fio.	UN	0	1	0	1
Equipamento tipo VRF: Unidade evaporadora tipo Dutado (teto embutido), marca LG, com capacidade de 16,0 kW e pressão estática externa de 110 Pa, modelo RNU54GBRA4, com controle remoto sem fio.	UN	0	4	0	4
Equipamento tipo VRF: Unidade evaporadora tipo Dutado (teto embutido), marca LG, com capacidade de 67 kW, modelo RUN241LTE5, composta por dois módulos de 33,5 kW. Tensão de alimentação: 380v/3f/60Hz..	UN	1	0	0	1
Equipamento tipo VRF: Unidade evaporadora tipo Dutado (teto embutido), marca LG, com capacidade de 112 kW, modelo RUN400LTE5, composta por dois módulos de 33,5 kW e um terceiro módulo de 45 kW. Tensão de alimentação: 380v/3f/60Hz..	UN	1	0	0	1
Equipamento tipo VRF: Unidade evaporadora tipo Dutado (teto embutido), marca LG, com capacidade de 118 kW, modelo RUN420LTE5, Composta por um módulo de 33,5 kW, mais um módulo de 40 kW e um terceiro módulo de 45 kW. Tensão de alimentação: 380v/3f/60Hz..	UN	0	1	0	1
<b>AR CONDICIONADO DO TIPO HI-WALL</b>					



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

Aparelho ar condicionado, capacidade refrigeração 24.000BTU, tensão 220, tipo split inverter	UN	1	0	0	1
--	----	---	---	---	---

### **RELAÇÃO DOS APARELHOS DE AR CONDICIONADO NO ENGENHO MASSANGANA**

**PE-60 km 10, Cabo de Santo Agostinho-PE.**

Local	Equipamento	Marca	Capacidade	Voltagem	Quant de Equipament o
Administrativo 1	Split	Elgin	1 TR	220	01
Administrativo 2	Split	Elgin	1 TR	220	01

## PLANO E PERIODICIDADE DOS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS

### 1.8 Do Grupo 1, itens 1 e 2 - Manutenção Preventiva e Corretiva.

Os serviços de manutenção preventiva e corretiva estão vinculados a elaboração do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC), elaborado pela CONTRATADA, através de seu responsável técnico, de acordo com os equipamentos, independentemente da sua localização nas unidades das edificações, listados na tabela 1.7 Relação de Equipamentos Da Fundação Joaquim Nabuco.

### 1.9 Do Grupo 2, itens 3 e 4 - Serviços de Limpeza e Controle da Qualidade do ar.

Os serviços de limpeza e higienização de equipamentos dutados bem como o controle microbiológico da qualidade do ar, estão vinculados a elaboração do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC), elaborado pela CONTRATADA, através de seu responsável técnico, de acordo com os equipamentos listados na tabela 1.7 Relação de Equipamentos Da Fundação Joaquim Nabuco.

### 1.10 RELATÓRIO MENSAL

a) Os relatórios dos serviços realizados dos itens dos grupos 1 e 2, constantes na tabela 1.1.1 e 1.1.2, deverão elaborados separados por item, referentes as manutenções preventivas e corretivas, estes sendo condicionantes para medição e avaliação dos serviços, contendo informações como:

- Apresentação da ordem de serviço, relacionando as atividades executadas, por equipamento, seu status e eventual pendências.
- Registro fotográfico da execução, geo referenciada, com tag especificando o local, data e equipamento.

b) A CONTRATADA apresentará o modelo deste relatório, para aprovação e/ou ajustes à CONTRATANTE em até 10 dias úteis, após assinatura do contrato.

c) A apresentação deste relatório, com todas as informações pertinentes às execuções de serviços realizados pela CONTRATADA, durante o mês, é condição primordial para a liberação e ateste da Nota Fiscal para o pagamento dos serviços prestados.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos





## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### Sustentabilidade

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.
- 4.2. É vedada a utilização, na execução dos serviços, de qualquer das substâncias que destroem a Camada de Ozônio - SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal.
- 4.3. A CONTRATADA deverá adotar na retirada de resíduos dos aparelhos, prática de desfazimento sustentável.
- 4.4. Todas as embalagens, sobras de materiais e de produtos, sobras de obras e entulhos, cabos, restos de óleos, graxas, consumíveis e peças substituídas deverão ser adequadamente descartados, de acordo com as normas ambientais vigentes pela contratada.
- 4.4.1 Os equipamentos que forem substituídos, serão transferidos pela unidade que detém sua posse e guarda, para o setor de Patrimônio da FUNDAJ.
- 4.4.2 Tanto as peças, quanto equipamentos substituídos, deverão constar em relatório mensal específico, constando informações sobre, qual equipamento foram retiradas, bem como, a localização deste equipamento na Fundação.
- 4.5. Os produtos químicos a serem utilizados deverão estar comprovadamente registrados no Ministério da Saúde, ser inofensivos ao meio ambiente e ao ser humano, não podendo, em hipótese alguma, ser acondicionados no interior das casas de máquinas dos condicionadores.
- 4.6. A CONTRATADA deverá, também, estabelecer, em comum acordo com a CONTRATANTE, procedimentos e rotinas voltados ao monitoramento e à melhoria contínua da eficiência energética e hidráulica dos equipamentos. Deverá, ainda, apresentar à CONTRATANTE, periodicamente e sempre que demandada, dados acerca do desempenho elétrico e hidráulico da edificação, bem como informação a respeito das medidas adotadas para sua melhoria
- 4.7. A CONTRATADA deverá otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:
  - 4.7.1 Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;
  - 4.7.2 Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
  - 4.7.3 Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
  - 4.7.4 Racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;
  - 4.7.5 Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
  - 4.7.6 Treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição.
- 4.8. A CONTRATADA, ainda, deverá observar e cumprir a Lei n. 13.589, de 4 de janeiro de 2018, que dispõe sobre a manutenção de instalações e equipamentos de sistemas de climatização de ambientes e no que couber:
  - 4.8.1 Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e suas alterações, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências conforme a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

4.8.2 A Instrução Normativa nº 1, de 19.01.2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, serviços ou obras pela Administração Pública;

4.8.3 As normas do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO e as normas ISO nº 14.000, relativas aos sistemas de gestão ambiental.

4.8.4 Decreto n. 2.783, de 17 de setembro de 1998, que dispõe sobre proibição de aquisição de produtos ou equipamentos que contenham ou façam uso das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - SDO, pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências;

4.8.5 Decreto n. 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências;

4.8.6 Decreto n. 6.686, de 10 de dezembro de 2008, que altera e acresce dispositivos ao Decreto n.6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações;

4.8.7 Decreto n. 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

4.8.8 Resolução CONAMA n. 267, de 14 de setembro de 2000, que dispõe sobre a proibição no Brasil, da utilização das substâncias controladas especificadas nos Anexos A e B do Protocolo de Montreal sobre SDO;

4.8.9 Resolução CONAMA n. 307/2002 e alterações, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, com as alterações dadas pelas Resoluções n. 348/2004, n. 431/2011, n. 448/2012 e n. 469/2015.

4.8.10 Resolução CONAMA nº 401/2008, que trata da destinação final ambientalmente adequada de peças, fluidos refrigerantes e demais resíduos gerados;

4.8.11 Resolução ABNT NBR 17.037/2023 - Padrões referenciais de qualidade do ar interior; - Orientação técnica elaborada por grupo técnico assessor sobre padrões referenciais de qualidade do ar interior em ambientes climatizados artificialmente de uso público e coletivo;

4.8.12 Portaria MS n. 3.523/98 - Determina que a manutenção, inspeção e limpeza seja feita por responsável técnico em periodicidade determinada pelo PMOC;

4.8.13 NBR 15112 - Resíduos da construção civil e resíduos volumosos - Áreas de transbordo e triagem - diretrizes para projeto, implantação e operação.

4.8.14 NBR 14.679, de 05/2001 - ABNT - Sistemas de ar-condicionado e ventilação - Execução de serviços de higienização;

4.8.15 NBR 16401, partes 1, 2 e 3 de 08/2008 - ABNT - Estabelece parâmetros básicos e requisitos mínimos de projetos para sistemas de ar condicionado centrais e unitários;

4.8.16 NBR 13.971, de 01/2014 - ABNT - Sistemas de refrigeração, condicionamento de ar, ventilação e aquecimento - Manutenção programada;

4.8.17 NBR 5410, de 09/2004 - ABNT - Instalações elétricas de baixa tensão;

4.8.18 Todas as Normas Regulamentadoras (NR) do Ministério do Trabalho e Emprego pertinentes às atividades desenvolvidas pela CONTRATADA, em especial:

4.8.19 NR-6 - EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI;

4.8.20 NR-9 - AVALIAÇÃO E CONTROLE DAS EXPOSIÇÕES OCUPACIONAIS A AGENTES FÍSICOS, QUÍMICOS E BIOLÓGICOS;

4.8.21 NR-10 - SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE;

4.8.22 NR-12 - SEGURANÇA NO TRABALHO EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS;

4.8.23 NR-35 - TRABALHO EM ALTURA.

4.8.24 Portaria INMETRO n. 372, de 17/09/2010 - Aprova a revisão dos Requisitos Técnicos de Qualidade para o Nível de



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

Eficiência Energética de Edifícios Comerciais, de Serviços e Públicos (RTQ-C).

4.8.25 Para todas os dispositivos indicados, deve ser considerada a versão mais atual ou regramento substitutivo, se for o caso.

### 4.9 Subcontratação

4.9.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

### Garantia da contratação

4.10. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 05% (cinco por cento) do valor anual da contratação.

4.11 Tratando-se serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

4.12 Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até 01 (um) mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.

4.13 A apólice de seguro-garantia deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após o término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.14 Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.15 A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.16 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.17 Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo indicado de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.18. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do CONTRATANTE, em agência e conta específica indicada pela CONTRATANTE, com correção monetária.

4.19. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.20. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.21 Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.22. O título de capitalização deverá ser apresentado ao CONTRATANTE juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.23. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.23.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

4.23.2 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e

4.23.3 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.24. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.25. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.26. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.27. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contados da data em que for notificada.

4.28. O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.28.1 O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.28.2 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.28.3 Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.28.4 A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.28.5 A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.28.6 A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.28.7 O Contratado autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.28.8. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

4.28.9 . A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência. Seguro de Responsabilidade Civil e Acidentes de Trabalho

4.28.10. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a vigência do contrato, seguro de responsabilidade civil, com cobertura mínima para:

- Danos materiais e corporais causados a terceiros;
- Incêndio, curto-circuito, infiltrações, vazamentos e sinistros relacionados à execução dos serviços;
- Eventos da natureza ou qualquer outro risco decorrente de atos ou omissões da empresa, seus empregados, prepostos, subempregados ou subcontratados, no desempenho das atividades contratadas.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

### 4.29 Requisitos da apólice

- I - A apólice deverá estar vigente desde a data de início da execução contratual e manter cobertura até, no mínimo, 90 (noventa) dias após o encerramento da vigência contratual;
- II - O valor mínimo da cobertura será de, no mínimo o valor do contrato, devendo abranger todos os locais onde os serviços forem executados;
- III - A CONTRATADA deverá apresentar a apólice de seguro e comprovante de pagamento do prêmio até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato ou conforme prazo fixado pela Administração, bem como sempre que solicitado pela fiscalização.
- IV - A ausência de renovação da apólice, a apresentação de cobertura inferior à exigida, ou a não comprovação do pagamento do prêmio do seguro acarretará a aplicação de sanções administrativas e poderá ensejar a rescisão contratual, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e no contrato.

### 4.30 Seguro contra Acidentes de Trabalho

4.30.1 A CONTRATADA deverá manter, às suas expensas, seguro obrigatório contra acidentes de trabalho, abrangendo seus empregados e os de empresas subcontratadas, conforme legislação vigente, sem qualquer ônus à CONTRATANTE.

4.30.2 A CONTRATADA será integralmente responsável por:

- Danos a terceiros, materiais ou corporais, decorrentes da execução dos serviços;
- Acidentes, incêndios, infiltrações, vazamentos ou falhas em instalações sob sua responsabilidade;
- Qualquer prejuízo causado por negligência, imperícia ou omissão de seus empregados ou terceiros envolvidos.

4.30.3 A CONTRATADA deverá manter vigilância constante sobre os trabalhos em execução, responsabilizando-se por quaisquer perdas, danos, furtos, extravios, degradação dos equipamentos e conservação dos serviços até o Recebimento Definitivo, inclusive nos casos de deterioração ou dano decorrente de sua conduta ou omissão.

4.30.4 O seguro deverá cobrir os riscos acima e manter vigência mínima de 90 (noventa) dias após o término do contrato.

### 4.30.5 Guarda, Conservação e Vigilância dos Serviços

4.30.6 A CONTRATADA manterá constante e permanente vigilância sobre os trabalhos em execução, responsabilizando-se por quaisquer perdas, danos, furtos, extravios ou degradação dos equipamentos sob sua guarda.

4.30.7 Também será responsável pela conservação dos serviços executados até o Recebimento Definitivo, inclusive nos casos de deterioração ou dano decorrente de sua conduta ou omissão.

### Vistoria

4.31. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9:00 horas às 11:00 e das 14:00 às 16:00 horas e deverá ser **agendado através do email: manutencao@fundaj.gov.br, (81)3073-6287 / (81)3073-6291**.

4.32. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.33 O TERMO DE VISTORIA deverá compor a documentação de habilitação da licitante.

4.33.1 Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.





## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

4.33.2 A referida Declaração, quando substituir o Termo de Vistoria, deverá compor a documentação de habilitação da licitante.

4.33.3 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.34 As licitantes ficam cientes de que, após apresentação das propostas e dos demais documentos, não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores no sentido da inviabilidade de cumprir com as obrigações, face ao desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas.

4.35. A licitante que não proceder à vistoria de acordo com as regras constantes no Termo de Referência, ou que não apresentar a declaração de que trata neste subitem, será inabilitada do certame, nos termos do § 2º do art. 63 da Lei 14.133/2021.

4.36 A licitante deverá declarar expressamente em sua proposta que analisou todos os documentos, tendo, portanto, conhecimento pleno das peças técnicas que compõem o escopo do Termo de Referência, bem como as condições locais para cumprimento das obrigações objeto da contratação.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.2. Início da execução do objeto: O início da execução do objeto ocorrerá após a assinatura do contrato, a publicação no Diário Oficial da União (DOU) e a emissão da nota de empenho. Em seguida, será emitida a ordem de serviço, que estabelecerá a data de início dos serviços.

5.3. A CONTRATANTE somente autorizará o início da execução dos serviços após o recebimento seguinte documentação, fornecida pela CONTRATADA, e sua devida verificação:

a) Apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), de que trata o item 1.9 deste Termo de Referência, em até 10 dias, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contados da assinatura do contrato.

b) No caso de não optar pela Garantia da Contratação, de que trata o capítulo 4 deste Termo de Referência, na modalidade seguro garantia, deverá apresentar garantia contratual no prazo 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contado da assinatura do contrato, observando-se as disposições dos itens 4.13, 4.14 e 4.15.3 deste Termo de Referência.

c) Comprovar a contratação de seguro de responsabilidade civil e contra acidentes de trabalho, do capítulo 4 deste Termo de Referência, em até 10 dias úteis contado da assinatura do contrato, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE.

5.4. Deverá ser realizada a primeira reunião em até 05 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do Termo do Contrato, a fim de estabelecer o cronograma das atividades. Nessa primeira reunião, a Fundaj apresentará o plano de fiscalização em cumprimento ao disposto no artigo 45 da IN 5/2017, da SEGES/MPDG.

5.4.1 A reunião inicial poderá ser presencial ou por videoconferência, devendo conter a presença do preposto designado e dos representantes da CONTRATADA juntamente com a equipe de gestão e fiscalização do contrato.

5.4.2 No decorrer da vigência do contrato, a CONTRATANTE realizará reuniões periódicas com a CONTRATADA, de modo a garantir a qualidade da execução dos serviços e o alcance dos resultados e critérios estabelecidos.

5.5. Caberá a CONTRATADA fornecer à Gestão e Fiscalização do Contrato por meio do endereço eletrônico **manutencao@fundaj.gov.br**, em até 5 (cinco) dias úteis contados da assinatura do contrato, o endereço da matriz, filial ou escritório, bem como os números de telefone comercial fixo e telefone móvel e endereço eletrônico (e-mail), através do qual deverá se dar toda e qualquer comunicação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA.

5.6. A CONTRATADA deverá enviar:



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

5.6.1 A CONTRATADA deverá efetuar nos primeiros 30 (trinta) dias da assinatura do contrato, sem prejuízo dos serviços de manutenção preventiva, levantamentos e inspeções completa das atuais condições dos sistemas e equipamentos, detalhando as condições de funcionamento e possíveis irregularidades, identificando os defeitos e relacionando as peças e serviços a serem executados para restabelecer o perfeito funcionamento das instalações.

5.6.2 A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo de até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, um Plano de Manutenção Preventiva, com cronograma físico das atividades e detalhamento dos procedimentos para cada tipo de sistema (Self Contained com condensação a ar, Bi Split, Multi Split, Split Teto de Embutir, Piso-Teto, Hi-Wall Inverter, bem como sistemas de Volume de Refrigerante Variável (VRF), bem como o Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) conforme a Portaria GM/MS nº 3.523/1998 e a .

5.6.3 A comprovação da implantação e execução dos programas Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, nos termos da NR-1, NR-9 e NR-7, no local da prestação dos serviços, em até 60 dias após o início da prestação dos serviços.

5.6.4 A CONTRATADA deverá apresentar os profissionais que executarão os serviços devidamente identificados, conforme;

- a) trajar uniformes completos com a identificação da empresa;
- b) portar crachá contendo o nome, RG, profissão, cargo e função;
- c) utilizar, obrigatoriamente, os EPI's necessários; e,
- d) circular apenas nas áreas previamente autorizadas pela Fiscalização da CONTRATANTE.

5.7 A CONTRATADA deverá manter como responsável pelos trabalhos, do início até a conclusão do objeto deste Termo de Referência, o RESPONSÁVEL TÉCNICO, previamente indicado na fase de disputa.

5.8 Eventual SUBSTITUTO do RESPONSÁVEL TÉCNICO deverá preencher, no mínimo, os mesmos requisitos técnicos e documentais de seu antecessor, que serão os mesmos exigidos no presente Termo de Referência e cujos comprovantes serão entregues pela contratado à CONTRATANTE com antecedência mínima de 07 (sete) dias corridos, necessários à análise e aprovação pelo CONTRATANTE antes da saída do seu antecessor;

5.9 Caso o SUBSTITUTO indicado não seja aprovado, o contratado efetuará nova indicação, seguindo a mesma rotina acima definida;

5.10 Obtendo aprovação pelo CONTRATANTE, o novo RESPONSÁVEL TÉCNICO pelos trabalhos deverá recolher a correspondente ART ou TRT junto ao CREA ou CRT, podendo somente a partir daí exercer a sua função contratual;

5.11 Nenhum serviço poderá ser executado sem o prévio recolhimento da correspondente ART ou TRT junto ao CREA ou CRT e sem o efetivo acompanhamento, supervisão, coordenação e direção do RESPONSÁVEL TÉCNICO regularmente aprovado pelo CONTRATANTE.

5.12 O contratado deverá programar as eventuais substituições do RESPONSÁVEL TÉCNICO, em tempo hábil para evitar descontinuidade nos trabalhos, antecipando a indicação do SUBSTITUTO e apresentando todos os documentos exigidos para a substituição. A CONTRATANTE não arcará com o ônus decorrente do descumprimento destas antecipações pelo contratado.

5.13 Todos os engenheiros e/ou técnicos envolvidos na execução dos trabalhos (Engenheiros mecânico , Engenheiro eletricista, Técnicos eletricistas, de refrigeração, eletrotécnicos, de Segurança do Trabalho, etc) deverão estar regularmente registrados no conselho de classe pertinente e possuir registro ou anotação de responsabilidade técnica de função perante a empresa ou específica para a prestação dos serviços nas dependências da Fundaj.

5.14 Essa comprovação deverá ser realizada antes do início das atividades de cada profissional.

### Local e horário da prestação dos serviços

5.15. Os serviços serão prestados nos locais indicados, conforme item 1.7 deste Termo de Referência.

5.16. Os serviços do item 1 serão prestados no seguinte horário de segunda a sexta-feira, em dias úteis, das 8:00h às 17:00h. E excepcionalmente aos sábados de 08:00 às 12:00, desde que esteja acompanhado por servidor/colaborador da FUNDAJ.

5.16.1 Considerando que a FUNDAJ oferece serviços ao público aos sábados, domingos e feriados, é necessário a disponibilidade para atendimento imediato sempre que acionado para as seguintes unidades da Fundação:

**Avenida Dezanove de Agosto, 2187 - Casa Forte**





## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

- Recife, PE • Cinema de Casa Forte
- Museu do Homem do Nordeste

- Galeria
- Massangana •
- Galeria Baobá
- Sala Caloustre

Rua Henrique Dias, nº 809 - Derby -

- Recife - PE. • Cinema
- Cafeteria
- Sala Aluísio
- Magalhães • Galeria
- de arte -
- Auditório Vicente Rêgo Barros (Sala do Piano)

5.16.2 O atendimento deverá ser realizado em até 2 (duas) horas, após o acionamento.

### Rotinas a serem cumpridas

5.17. Para abertura de chamados de manutenção corretiva, serão repassados através de número específico de whatsapp e e-mail da fornecidos pela CONTRATADA.

5.17.1 O atendimento deverá ser realizado em até 2 (duas) horas, após o acionamento.

**5.18** Para fins de otimização ou organização de seus processos a CONTRATADA poderá dispor de sistema informatizado próprio ou comercial para controle dos processos de manutenção.

**5.19.** Para serviços de manutenção corretiva para os quais fornecimento de peças/materiais que não estão contemplados, item 2 deste Termo de Referência, a CONTRATADA deverá apresentar, previamente orçamento dos materiais, para fins de aprovação pela Fundaj O serviço somente poderá ser iniciado após a autorização no sistema (SESUITE) pela CONTRATANTE ou emissão da Ordem de Serviço específica.

## EXECUÇÃO DO ATENDIMENTO

### Grupo 1 - Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva

#### 5.20 Quanto a Manutenção Preventiva e Corretiva:

**5.20.1** Os serviços de manutenção preventiva e corretiva estão vinculados a elaboração do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC), elaborado pela CONTRATADA, através de seu responsável técnico, de acordo com os equipamentos listados na tabela 1.7 Relação de Equipamentos Da Fundação Joaquim Nabuco.

5.21 A manutenção corretiva será executada de acordo com as ocorrências de mau funcionamento e/ou paralisação do equipamento mediante os chamados realizados, por whatsapp e email, fornecidos pela CONTRATADA.

5.21.1 Prazo para o atendimento até 2 (duas) horas, após o acionamento, de acordo com o horário de funcionamento da FUNDAJ das 08:00 as 17:00h.

5.21.2 Haverá manutenção corretiva de atendimento extraordinário, apenas, para locais específicos nos sábados, domingos e feriados , conforme os itens 5.16, 5.16.1 e 5.16.2



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

### EXECUÇÃO DO GRUPO 1

**5.22 - ITEM 1** - Serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva do sistema de climatização. Dos equipamentos dos tipos Self Contained com condensação a ar, Bi Split, Multi Split, Teto de Embutir, Piso Teto e Hi-Wall (convencionais e inverter), com fornecimento de insumos e peças, inclusive, compressores, placas eletrônicas, serpentinas, gabinetes e suportes metálicos para condensadoras.

**5.22.1 - ITEM 2** - Serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva do sistema de climatização do tipo VRF, com fornecimento de insumos e substituição de peças (**exceto, compressores, serpentinas e placas eletrônicas**).

**5.22.2** - Os relatórios dos serviços realizados dos grupos 1, itens 1, 2 e grupo 2, itens 3 e 4, constantes na tabela 1.1.1 e 1.1.2, deverão elaborados separados por item, referentes as manutenções preventivas e corretivas, estes sendo condicionantes para medição e avaliação dos serviços, contendo informações como:

- Apresentação da ordem de serviço, relacionando as atividades executadas, por equipamento, seu status e eventual pendências.
- Registro fotográfico da execução, geo referenciada, com tag especificando o local, data e equipamento.

### EXECUÇÃO DO GRUPO 2

**5.22.3 - ITEM 3 - Limpeza de Dutos e Acessórios. De acordo com o Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC), elaborado pela CONTRATADA, através de seu responsável técnico, deverá executar semestralmente os serviços de limpeza de dutos de ar, componentes e acessórios,** com todos os insumos e equipamentos necessários, num total de 1.084,94 metros linear, distribuídos nas edificações da fundação, conforme o item 1.1.2, seguindo os critérios estabelecidos na **ABNT NBR 17.037:2023 e Portaria nº 3.523/1998 do Ministério da Saúde. O serviço será considerado executado mediante apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de seu responsável técnico e da execução item 04.**

**5.22.4 - ITEM 4 - Análise da Qualidade do Ar com emissão de Laudo Técnico. De acordo com o Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC), elaborado pela CONTRATADA, através de seu responsável técnico, deverá executar semestralmente serviços de Análise de qualidade do ar com,** em 1.084,94 metros linear, distribuídos em 17 pavimentos nas edificações da Fundação, conforme o item 1.1.2. obedecendo aos critérios definidos na **ABNT NBR 17.037:2023, NBR 14.679:2024 e a Portaria nº 3.523/1998/MS. A CONTRATADA fornecerá laudo técnico emitido por Laboratório acreditado na Coordenação Geral de Acreditação (CGCRE)/ Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) conforme norma ABNT ISO/IEC 17025 para desenvolvimento das análises da qualidade do ar.**

**5.22.5** O serviço deverá ser agendado previamente definido com a gestão/fiscalização do contrato pelo e-mail **manutencao@fundaj.gov.br** e pelos

telefones **(81) 3073-6287 / 3073-6291**, de forma a minimizar impactos nas atividades da instituição, em dias úteis, de segunda-feira a sábado, nos seguintes horários: 08:00 h até 17:00 h;

**5.22.6** Considerando a manutenção das atividades da Fundação Joaquim Nabuco de Segunda à Sexta 08:00 h até 17:00 h, a execução do Grupo 2 Item 4 deverá ser previamente agendado com a gestão do contrato sabendo-se que de segunda à sexta. o serviço só poderá ser executado, entre 18:00 h e 22:00 h.

### Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

#### 5.23 Especificação da garantia do serviço

**5.23.1.** O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), será de, no mínimo 90 (noventa) dias, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à conclusão dos serviços no caso de apresentar desconformidade nos materiais/equipamentos aplicados, falhas, vícios ou má execução.

**5.23.2** Garantia com prazo diverso pode ser aplicável para materiais e/ou equipamentos, conforme indicado pelo fabricante.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

5.24. Durante esse período, deverá atender prontamente a eventuais solicitações da CONTRATANTE para reapresentação do serviço ou esclarecimentos técnicos.

### Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.25. Ao final do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, no prazo de até 10 (dez) dias úteis:

5.25.1 Relatório de encerramento contratual, contendo o inventário atualizado do estado de funcionamento de todos os equipamentos atendidos, histórico das intervenções e pendências;

5.25.2 Devolução e/ou repasse de quaisquer manuais, documentações técnicas e relatórios previstos ou requisitados pelo tribunal;

5.25.3 Apoio à nova empresa contratada no processo de transição, caso aplicável, mediante acompanhamento conjunto das rotinas de manutenção por até 30 (trinta) dias, sem ônus adicional.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### Preposto

6.5. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.6. O Contratado deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

6.7. O CONTRATANTE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade, no prazo indicado pela fiscalização.

6.8. As comunicações entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

6.9. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

### Rotinas de Fiscalização

6.10. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

- 6.11. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
- 6.12. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

### Fiscalização Técnica

- 6.13. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.14. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.15. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.16. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.17. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.18. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 6.19. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:
- 6.19.1 Será exigido os registros e entregas da Anotações de Responsabilidade Técnica - ARTs ou Termos de Responsabilidade Técnica - TRTs no CREA ou CRT, respectivamente para a execução dos serviços, até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato.
- 6.19.2 A ART será devida pelo Responsável Técnico da CONTRATADA e a(s) TRT's será(ão) devida(s) pelo(s) técnico(s) que executará(ão) os serviços durante a vigência do contrato.
- 6.19.3 Recepcionar relação nominal da equipe técnica especializada que desenvolverá os serviços e informar ao setor pertinente do tribunal para as devidas autorizações de acesso.
- 6.19.4 Realizar o recebimento provisório do objeto contratado, a cada período de medição, com base na documentação apresentada pela CONTRATADA.
- 6.19.5 Avaliar e aprovar os serviços realizados pela CONTRATADA, podendo contar com apoio técnico especializado contratado pelo tribunal para esta finalidade.
- 6.20. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.
- 6.21. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

### Fiscalização Administrativa

- 6.22. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.23. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.24. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

6.25. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

### Gestor do Contrato

#### 6.26. Cabe ao gestor do contrato:

6.26.1 Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.26.2 Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.26.3 Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais

6.26.4 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.26.5 Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.26.6 Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.26.7 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.26.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.26.8.1 As denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.26.8.2 A notificação formal de que a empresa CONTRATADA está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo

### Segurança do Trabalho

6.27. O contratado deve fornecer e manter os prestadores de serviço devidamente protegidos por meio de EPI (equipamentos de proteção individual) e EPC (equipamentos de proteção coletiva), e ainda por treinamentos específicos nos casos em que estes forem obrigatórios, conforme legislação e normas de segurança do trabalho vigentes à época de execução do contrato, impondo penalidade àqueles que se negarem a usá-los;

6.27. Todos os serviços deverão ser executados em conformidade com a NR 18.

6.28. O contratado deverá atender a todos os requisitos da NR 18, apresentando, em até 03 (três) dias úteis antes do início dos serviços, o PGR - Programa de Gerenciamento de Riscos, que deverá contemplar as atividades e riscos presentes na execução contratual.

6.29. O contratado deverá atender a todos os requisitos da NR 7, apresentando em até 03 (três) dias úteis antes do início dos serviços, o PCMSO elaborado com base no PGR e considerando as características das atividades a serem realizadas nas dependências dos Edifícios da Fundação Joaquim Nabuco

6.30. O contratado deverá fornecer ao TRF6 em até 03 (três) dias úteis antes do início dos serviços em altura, a relação de funcionários que realizarão trabalhos em altura.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

- 6.31. O contratado deverá apresentar a seguinte documentação junto à relação de funcionários supracitada para análise e aprovação:
- 6.31.1 Atestado de Saúde Ocupacional constando apto para trabalho em altura;
  - 6.31.2 Certificado de treinamento de operação e segurança para o(s) equipamento(s) de movimentação que serão usados na execução dos serviços;
  - 6.31.3 Certificado de treinamento "Trabalho em Altura" conforme NR 35, carga horária mínima de 8 horas;
  - 6.31.4 Comprovante de entrega de EPI atendendo NR06 e NR35;
  - 6.31.5 A análise de riscos deverá ser feita segundo normativo de segurança vigente.
- 6.32. Complementarmente, deverão ser tomadas outras medidas preventivas necessárias para evitar acidentes de trabalho e para garantir a segurança individual e coletiva das pessoas envolvidas nos serviços e/ou nas obras, dos ocupantes do prédio, e inclusive de vizinhos e de terceiros.
- 6.33. O contratado será responsável pela observância, em totalidade, da legislação, normas regulamentadoras e normas técnicas direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato e, em especial, as normas que seguem:
- **NR 01** - Disposições gerais e gerenciamento de riscos ocupacionais;
  - **NR 06** - Equipamentos de Proteção Individual - EPI;
  - **NR 08** - Edificações;
  - **NR 10** - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade; • **NR-12** - Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos; • **NR 35** - Trabalho em altura;
  - Legislação e códigos referentes às concessionárias dos serviços públicos relativos à execução das obras em questão.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

### CRITÉRIOS CONDICIONADOS AO PAGAMENTO

- 7.1. Poderá haver **retenção ou glosa no pagamento**, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a
- Contratada:**
- 7.1.1. Não produziu os resultados acordados;
  - 7.1.2. Deixou de executar ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
  - 7.1.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou em qualidade ou quantidade inferior à demandada;
  - 7.1.4. Não apresentou os relatórios dos serviços realizados, separados pelos serviços dos itens 1 e 2 do grupo 1 e itens 3 e 4 do grupo 2, conforme tabela
- 1.1.1 e 1.1.2 referentes as manutenções preventivas, corretivas, limpeza e análise da qualidade do ar contendo informações como:
- Apresentação da ordem de serviço (preventiva/corretiva)(limpeza e análise da qualidade do ar), seu status e eventual pendência. • Registro fotográfico da execução, geo referenciada, com tag especificando o local, data e equipamento.





## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

### Do recebimento

7.3 Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.4 O Contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.5. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento, o período mensal, considerando os dias proporcionais nos casos de início do 1º período de faturamento e do fim do contrato que não coincida com o primeiro/último dia no mês, respectivamente, suspensões do contrato pela administração ou outras situações previstas em lei.

7.6. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.6.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.7. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.8. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.9. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.10. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.12. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.13. Os serviços serão recebidos definitivamente, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.14 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.14.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.14.2 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.14.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.14.4 A empresa CONTRATADA somente poderá emitir a Nota Fiscal após a autorização



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

7.14.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.15. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.16. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

### Liquidação

7.17. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.18. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.19. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão CONTRATANTE;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.20. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE.

7.21. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.22. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.22.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.22.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.23. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

7.24. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.25. Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.26. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.





## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

### Prazo de pagamento

- 7.27. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 7.28. No caso de atraso pelo CONTRATANTE, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IBGE) de correção monetária.

### Forma de pagamento

- 7.29. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.
- 7.30. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.31. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.31.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.32. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### Reajuste

- 7.33. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, considerando as planilhas referenciais elaboradas com base nos preços públicos e propostas de fornecedores do mês de abril do ano de 2025.
- 7.34. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IBGE) de correção monetária, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.35. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.36. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.37. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.38. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.39. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.40. O reajuste será realizado por apostilamento.

### Cessão de Crédito

- 7.41. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do CONTRATANTE.
- 7.41.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

7.41.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL- 01, de 18 de maio de 2020.

7.41.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.41.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.42. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## 8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas à Contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- 8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- 8.2.4. Multa:

- 8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **01% (um inadiimplida, até o limite de 10 ( dez ) dias.** por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.4. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **05% ( cinco por cento)** a **15% ( quinze por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **10% (dez por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **03% (três por cento)** a **10 % (dez por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **10% (10 por cento)** a **15 % (quinze por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.8. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, por cento) a **07 % (sete por cento)** do valor da de **01% (um** ressalvadas as seguintes infrações também contratação, enquadráveis nessa alínea:

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta ) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO (Art. 28, inciso I, conjugado com Parágrafo Único do art. 29 da Lei nº 14.133/2021), sob a forma ELETRÔNICA (Art. 17, §2º, da Lei nº 14.133/2021), com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO** (Art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021).



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

### Regime de Execução

9.2 O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global para os serviços de prestação mensal do item 1 e sob demanda dos itens 2, 3 e 4, conforme descrição da tabela descritiva do itens - 1.1.1 e 1.1.2, deste Termo de Referência.

9.3. Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

9.4 O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade, no Item 1.8. e 1.9 desde Termo de Referência.

### Exigências de habilitação

9.5. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);
- d) Cadastro Informativo de Créditos não quitados do Setor Público Federal - CADIN.,

9.6. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, com a redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.7. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.8. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.9. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

9.10. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.11. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

9.12. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.13. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.14. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

9.15. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.16. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.17. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.18. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.19. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.20. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.21. Não será permitida a participação de Pessoa Física, Microempreendedor Individual - MEI, Sociedades Cooperativa ou Consórcio de empresas, confirme justificativa em item específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

9.22. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva. Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.23. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.24. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.25. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.26. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 10 de maio de 1943;

9.27. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.28. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.29. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

### Qualificação Econômico-Financeira

9.30. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.31. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.32. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:





## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

$LG = \text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a}$

$\text{Longo Prazo Passivo Circulante} +$

$\text{Passivo Não Circulante}$

$\text{Ativo Total}$

$= SG = \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$

$= \text{Ativo Circulante} - \text{Passivo Circulante}$

9.33. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 05% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação.

9.34. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.35. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.36. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.37. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.

9.38. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

### Qualificação Técnica

9.39. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.39.1 Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.40. Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, em plena validade, e que conste área de atuação Engenharia Mecânica, ou no Conselho Federal de Técnicos Industriais - CFT, em plena validade, e que conste área de atuação Técnico em Mecânica ou de Refrigeração compatível com o objeto de contratação.

9.40.1 Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

### Qualificação Técnico-Operacional

9.41. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.41.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados, ou certidões, deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

### Qualificação Técnica

9.42. Contrato(s) que comprove(m) a execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva em sistemas centrais de ar-condicionado do tipo VRF (Fluxo Refrigerante Variável) com capacidade mínima de 350 (trezentos e cinquenta) Toneladas de Refrigeração (TR), em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo de 03 anos;



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

9.42.1 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.42.2 Os atestados de capacidade técnica, deverão ser apresentados em nome da empresa, que comprovem a expertise na execução dos serviços

descritos nos **Grupo 1, Item 1, Item 2 e Grupo 2 - Item 3 e Item 4**, conforme a tabela 1.1.1 e 1.1.2, atendendo a especificidade dos serviços

e atendendo o quantitativo dos objetos deste certame. Os atestados poderão ser emitidos por órgãos públicos, Federal, Estadual e Municipal, ou empresas privadas, devidamente assinados por responsável na área pertinente nessas entidades citadas, com comprovação eletrônica ou cartorial. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.42.3 Para sistema VRF (Fluxo Refrigerante Variável) e dos equipamentos dos tipos Self Contained com condensação a ar, Bi Split, Multi Split, Splitão, Teto de Embutir, Piso Teto e Hi-Wall (convencionais e inverter), a CONTRATADA deverá apresentar comprovação de que a empresa possui: certificado de credenciamento; homologação ou autorização técnica emitido pelo fabricante destes equipamentos fornecidos no Brasil, ou; alternativamente, documento que comprove que a empresa possui profissionais habilitados pelos respectivos fabricantes.

9.42.4. Comprovação de que a empresa licitante possua, em seu objeto social, registrado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), obrigatoriamente, como atividade principal, a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 43.22-3/01 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar- condicionado, de ventilação e refrigeração, compatível com a natureza dos serviços licitados, compatível com a natureza dos serviços licitados.

9.42.5. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.42.6. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

### Qualificação Técnico-Profissional

9.43. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de **Atestado de Responsabilidade Técnica (ART), acompanhada da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT)** por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.43.1 Engenheiro Mecânico, com especialização em refrigeração e sistemas VRF e Técnico Industrial Mecânico ou de Refrigeração com especialização em refrigeração e sistemas VRF, onde o engenheiro mecânico será o Responsável Técnico pela execução dos serviços, bem como dos Atestados de Responsabilidades Técnicas (ART) decorrentes da execução dos itens 1, 2, 3 e 4 referentes aos grupos 1 e 2 da Tabela 1.1.1 e 1.1.2

9.43.1.1 A execução de serviço de manutenção preventiva e corretiva em sistemas de ar condicionado de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação;

9.43.1.2 Para fins de comprovação do vínculo do profissional, vide item 9.43.1, com a empresa licitante, deverá comprovar, por meio do envio de documentos, pelo menos uma das condições abaixo:

- Cópia da carteira de trabalho (CTPS) comprovando vínculo empregatício;
- Contrato social da empresa licitante, se o responsável técnico for sócio;
- Registro da empresa no conselho de classe, a depender dos profissionais listados no item 9.43.1, comprovando que o profissional é responsável técnico pela empresa;
- Contrato de prestação de serviço.

9.43.1.3 O(s) profissional (is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Gestão/Fiscalização do contrato (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)





## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

9.43.1.4. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

### Disposições gerais sobre habilitação

9.44. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.45 . Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto n.º 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor estimado para a contratação é de ..... (.....). O valor foi calculado com base em dois contratos vigentes anteriormente na Fundação Joaquim Nabuco: um referente à manutenção do sistema de ar-condicionado do tipo VRF e outro relativo à manutenção dos equipamentos convencionais (Split, Piso/Teto, entre outros). A estimativa considerou o histórico de execução e vigência desses contratos, sendo o valor atualizado monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a fim de refletir a variação inflacionária do período e assegurar a compatibilidade com os preços praticados atualmente no mercado.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...].

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

### 12.1 DISPOSIÇÕES FINAIS

As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

---

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

## 13. TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

### TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão Eletrônico* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.77

---

### 14. Obrigações da Contratante

- 15.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o edital e seus anexos;
- 15.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos;
- 15.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 15.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 15.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 15.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no edital e anexos;
- 15.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no edital e seus anexos;
- 15.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 15.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
  - 15.9.1. A Administração terá o prazo de dez dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
  - 15.9.2. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias.
  - 15.9.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### 15. Obrigações da Contratada

- 16.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes no edital e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
  - 16.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
  - 16.1.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

16.1.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado neste termo, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

16.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

16.1.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 1) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

16.1.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

16.1.7. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

16.1.8. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

16.1.9. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

16.1.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

16.1.11. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração  
Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59  
www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

## ANEXO II

### TERMO DO CONTRATO

#### FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

(Processo Administrativo nº 23130.002106/2025-24)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., QUE FAZEM  
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO  
(A) .....  
E .....

A FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO com sede à Avenida Dezanove de Agosto nº 2187, Casa Forte, CEP 52061-540, na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, inscrita no CNPJ sob o nº 09.773.169/0001-59, neste ato representada pela Sra. Aida Maria Monteiro Silva, Professora, Diretora de Planejamento e Administração, nomeada pela Portaria MEC nº 2.096/2023, de 24 de março de 2023, inscrito(a) no CPF nº 127XXX.XXX-XX, portadora da Carteira de Identidade nº 665.XXX SDS/PE, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº....., sediado(a) na ....., em.....doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº **23130.002106/2025-24** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico n. 90002/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1. O objeto da presente licitação é o fornecimento da prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva de sistemas de ar-condicionado dos tipos: Self Contained com condensação a ar, Bi Split, Multi Split, Split Teto de Embutir, Piso Teto e Hi-Wall (convencionais e inverter), ACJ, e do tipo VRF. Bem como empresa especializada em limpeza de dutos e acessórios com análise da qualidade do ar, com emissão de laudo técnico. gás, para atendimento da climatização à área da Cafeteria, localizada no Edifício Ulisses Pernambucano - Derby, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

##### 1.1. Objeto da contratação:



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO**  
Diretoria de Planejamento e Administração  
Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59  
www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

**Grupo 1**

Item	Descrição	Catserv	Modalidade	Quantidade do serviço mensal	Unidade de medida	Valor Mensal (R\$)	Valor Total Anual (R\$)
1	Ar Condicionado -Manutenção de Sistemas /Limpeza. Obs: Dos equipamentos dos tipos Self Contained com condensação a ar, Bi Split, Multi Split, Splitão, Teto de Embutir, Piso Teto e Hi- Wall (convencionais e inverter), com fornecimento de insumos e peças, inclusive, compressores, placas eletrônicas, serpentinas, gabinetes e suportes metálicos para condensadoras. (Mensal)	2771	Serviço	12	Und (Mês)		
2	Ar Condicionado - Manutenção de Sistemas / Limpeza. Obs: Sistemas VRF, com fornecimento de insumos e substituição de peças ( exceto, compressores, serpentinas e placas eletrônicas). (Mensal)	2771	Serviço	12	Und. (Mês)		



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO**  
Diretoria de Planejamento e Administração  
Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59  
www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

**15.1.2 - Grupo 2**

Item	Descrição	Catserv	Modalidade	Quantidade do serviço semestral	Unidade de medida	Valor unitário (R\$)	Valor Total (anual) (R\$)
3	Higienização de equipamentos  Obs: limpeza de dutos de ar, componentes e acessórios, com todos os insumos e equipamentos necessários, num total de 1.084,94 metros linear, distribuídos nas edificações da fundação, conforme o item 1.7 ( <b>Serviço semestral</b> ).	17159	Serviço	2	Und. Semestral		
4	Controle Microbiológico / Qualidade do Ar.  Obs: Análise de qualidade do ar com emissão de laudo técnico, para 1.084,94 metros linear, distribuídos em 17 pavimentos nas edificações da Fundação, conforme o item 1.7 . <b>(Serviço semestral)</b> .	16500	Serviço	2	Und. Semestral		

1.2.1.O Termo de Referência;

1.2.2.O Edital da Licitação

1.2.3.A Proposta do CONTRATADO;

1.2.4.Eventuais anexos dos documentos supracitados.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração  
Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59  
www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

## **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 meses** contados contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10(dez)anos, na forma dos **artigos 106 e 107** da Lei nº 14.133/2021.

2.1.1. *O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.*

## **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. *O valor mensal da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxx), perfazendo o valor total de R\$ xxxxxx (xxxxxxxx).*

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. *O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.*

## **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:





## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
  - 8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias;
- 8.1.10. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*
- 8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os



## **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
  - 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
  - 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
  - 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
  - 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
  - 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. *Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;*
- 9.16. *Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;*
- 9.17. *Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;*
- 9.18. *Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;*
- 9.19. *Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;*
- 9.20. *Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;*
- 9.21. *Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;*
- 9.22. *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;*



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração  
Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59  
www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

- 9.23. *Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;*
- 9.24. *Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;*
- 9.25. *Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;*
- 9.26. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.27. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.28. *Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;*

### CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. *As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.*
- 10.2. *Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.*
- 10.3. *É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.*
- 10.4. *A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.*
- 10.5. *Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.*



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração  
Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59  
www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

- 10.6. *É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.*
- 10.7. *O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.*
- 10.8. *O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.*
- 10.9. *O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.*
- 10.10. *Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.*
- 10.10.1. *Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.*
- 10.11. *O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.*
- 10.12. *Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.*

### 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 11.1. *Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.*

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1. *As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.*

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 13.1. *O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*
- 13.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá*



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração  
Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59  
www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

*a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*

13.2.1. *Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:*

13.2.1.1. *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*

13.2.1.2. *poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.7.3. Das indenizações e multas.

13.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração  
Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59  
www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

- 14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
  - I) Gestão/unidade: 344002
  - II) Fonte de recursos: 1000
  - III) Programa de trabalho: 211477
  - IV) Elemento de despesa: 3390.39
  - V) Plano interno: V01RTN01DDN
  - VI) Nota de empenho: [...];
- 15.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

- 16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração  
Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59  
www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

- 17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO**

- 18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Recife/PE, Seção Judiciária de Pernambuco para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

*[Local], [dia] de [mês] de [ano].*

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO**  
Diretoria de Planejamento e Administração  
Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59  
www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

**ANEXO III**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026**  
**TERMO DE VISTORIA AO LOCAL DOS SERVIÇOS**

**(FACULTATIVO)**

Atestamos, para os devidos fins, que o(s) Sr(s). .....(título profissional),....., a ser(em) designado(s) como responsável(is) técnico(s), ora representante(s) da empresa ....., tomaram conhecimento de todas as informações técnicas e das condições locais para a execução dos serviços objeto do Pregão Eletrônico nº 90002/2026.

Recife, .....de..... de 2026

---

**Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ**  
(assinatura e carimbo do servidor)

**De acordo:**

---

**Responsável Técnico da Licitante** (assinatura)



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO**  
Diretoria de Planejamento e Administração  
Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59  
www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

#### **ANEXO IV**

#### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026**

#### **DECLARAÇÃO**

**(para as empresas que não realizaram visita técnica)**

Declaramos, sob as penalidades da lei, de que temos pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços objeto do Pregão Eletrônico nº 90002/2026 e assumimos total responsabilidade pelo que advier da não realização da vistoria. Outrossim, informamos que não utilizaremos a ausência da visita técnica para questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a FUNDAJ.

Recife,.....de.....de 2026

---

**Responsável Técnico da Licitante** (nome, assinatura)



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração  
Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59  
www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

**ANEXO III**  
**MODELO DA PROPOSTA**

**Grupo 1**

Item	Descrição	Catserv	Modalidade	Quantidade do serviço mensal	Unidade de medida	Valor Mensal (R\$)	Valor Total Anual (R\$)
1	Ar Condicionado -Manutenção de Sistemas /Limpeza. Obs: Dos equipamentos dos tipos Self Contained com condensação a ar, Bi Split, Multi Split, Splitão, Teto de Embutir, Piso Teto e Hi- Wall (convencionais e inverter), com fornecimento de insumos e peças, inclusive, compressores, placas eletrônicas, serpentinas, gabinetes e suportes metálicos para condensadoras. (Mensal)	2771	Serviço	12	Und (Mês)		
2	Ar Condicionado - Manutenção de Sistemas / Limpeza. Obs: Sistemas VRF, com fornecimento de insumos e substituição de peças ( exceto, compressores, serpentinas e placas eletrônicas). (Mensal)	2771	Serviço	12	Und. (Mês)		



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração  
Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59  
www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

**15.1.3 - Grupo 2**

Item	Descrição	Catserv	Modalidade	Quantidade do serviço semestral	Unidade de medida	Valor unitário (R\$)	Valor Total (anual) (R\$)
3	Higienização de equipamentos  Obs: limpeza de dutos de ar, componentes e acessórios, com todos os insumos e equipamentos necessários, num total de 1.084,94 metros linear, distribuídos nas edificações da fundação, conforme o item 1.7 ( <b>Serviço semestral</b> ).	17159	Serviço	2	Und. Semestral		
4	Controle Microbiológico / Qualidade do Ar.  Obs: Análise de qualidade do ar com emissão de laudo técnico, para 1.084,94 metros linear, distribuídos em 17 pavimentos nas edificações da Fundação, conforme o item 1.7 . ( <b>Serviço semestral</b> ).	16500	Serviço	2	Und. Semestral		



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO**  
Diretoria de Planejamento e Administração  
Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59  
www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

1. VALIDADE DA PROPOSTA: ..... (.....) dias corridos, a partir da data da abertura desta licitação.(Não inferior a 60 dias);

2. Declaro que formulei nos custos da proposta: 1) os tributos (impostos, taxas, contribuições); 2) seguros; 3) os encargos sociais, fiscais e comerciais, previdenciários e trabalhistas incidentes; e 4) outros que incidam ou venham a incidir sobre o preço a ser ofertado;

3. Declaro a não incidência de reajuste sobre os preços ofertados;

4. Declaro completa identificação, quantificação e qualificação da proposta, de acordo com objeto deste Pregão;

5. Dados do representante legal que assinará o contrato decorrente desta licitação:

NOME:

NACIONALIDADE:

ESTADO CIVIL:

FUNÇÃO:

ENDEREÇO:

CPF:

R.G./ÓRGÃO EXPEDIDOR:

6. Dados Bancários da Empresa:

BANCO Nº:

NOME DO BANCO:

AGÊNCIA Nº:

NOME DA AGÊNCIA:

CONTA CORRENTE Nº:

PRAÇA DE PAGAMENTO:

(Local), ..... de..... de 2026

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, assinatura)